

**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
JEAN PIAGET/ VISEU**

**REGULAMENTOS ACADÉMICOS
2010/2011**

ÍNDICE

REGULAMENTO GERAL	3
REGULAMENTO DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO - CURSO DE ENFERMAGEM (1º CICLO)	23
REGULAMENTO DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO - CURSO DE FISIOTERAPIA (1º CICLO)	33
REGULAMENTO DOS REGIMES DE MUDANÇA DE CURSO, TRANSFERÊNCIA E REINGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	42
REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARA A FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR DOS MAIORES DE 23 ANOS	48
REGULAMENTO DE CREDITAÇÃO.....	51
REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO	57



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto n.º33/2002 de 3 de Outubro)

REGULAMENTO GERAL

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior em desenvolvimento do disposto nos artigos 13º a 15º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de Setembro e n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

Decorrente desta disposição legal e das demais orientações que conformaram o quadro jurídico do apelidado Processo de Bolonha e sobretudo nos termos do n.º 3, art. 11.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que institui o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior ao consagrar o princípio de que os «estabelecimentos de ensino superior privados gozam de autonomia pedagógica, científica e cultural», torna-se necessário proceder à adequação dos diferentes normativos internos no que concerne aos princípios relativos ao ensino, aprendizagem e avaliação de conhecimentos, apontando para uma transição gradual de “um sistema de ensino baseado na ideia de transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências”, implicando igualmente a organização dos cursos e à aplicação do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS) que contempla a determinação do trabalho que o estudante deve desenvolver, incluindo as sessões de ensino de natureza colectiva, as sessões de orientação de tipo tutorial, as aulas práticas, os seminários de estudo e investigação assistida, os estágios e os projectos e ainda o funcionamento em linha de algumas unidades curriculares.

Assim, considerando a adequação dos Regulamentos precedentemente assinalados constituem disposições integrantes do Estatuto desta Instituição, envolvendo este o registo oficioso junto do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, desde já se avança com a adequação dos Regulamentos de funcionamento, designadamente do Regulamento Geral e do Regulamento de Frequência e Avaliação, instrumentos indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, sem prejuízo de ulteriores acertos que a prática venha a considerar pertinentes. Assim, o presente Regulamento Geral desdobra-se em mais seis regulamentos, a saber:

- Regulamento de Frequência e Avaliação;
- Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior;
- Regulamento de Avaliação de Capacidade para a Frequência do Ensino Superior dos Maiores de 23 anos;
- Regulamento de Creditação;
- Regulamento de Atribuição de Bolsas de Mérito.

Finalmente referir que neste exercício de adequação e na consideração de que os princípios gerais de avaliação de conhecimentos em vigor nesta instituição de ensino, decorrentes dos Regulamentos anteriores em funcionamento desde o ano lectivo 2001/02, não são incompatíveis com os princípios da Declaração de Bolonha e da Lei de Bases do Sistema Educativo e, conforme já referido, sem prejuízo da alteração pontual de algumas das suas regras, constituem a matriz dos novos regulamentos com a consideração do que conforme dito anteriormente, se impunham face ao novo quadro legal vigente e igualmente atrás explicitado.

Disposições Gerais

Artigo 1.º – Âmbito

1. A Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu, adiante designada por ESS, reconhecida pelo Decreto n.º33/2002, de 3 de Outubro, é um estabelecimento de Ensino Politécnico e faz parte do Campus Universitário de Viseu de que é entidade titular o Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL, com os seus Estatutos publicados na IIIª Série do Diário da República, n.º 225, de 28/09/2000.
2. São competências da Entidade Instituidora (art. 30º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro):
 - a) Criar e assegurar as condições para o normal funcionamento do estabelecimento de ensino, assegurando a sua gestão administrativa, económica e financeira;
 - b) Submeter os estatutos do estabelecimento de ensino e as suas alterações a apreciação e registo pelo ministro da tutela;
 - c) Afectar ao estabelecimento de ensino as instalações e o equipamento adequados, bem como os necessários recursos humanos financeiros;
 - d) Manter contrato de seguro válido ou dotar-se de substrato patrimonial para cobertura adequada da manutenção dos recursos materiais e financeiros indispensáveis ao funcionamento do estabelecimento de ensino superior;
 - e) Designar e destituir, nos termos do estatuto, os titulares do órgão de direcção do estabelecimento de ensino;
 - f) Aprovar os planos de actividade e os orçamentos elaborados pelos órgãos do estabelecimento de ensino;
 - g) Fixar o montante das propinas e demais encargos devidos pelos estudantes pela frequência dos ciclos de estudos ministrados no estabelecimento de ensino, ouvido o(a) Director(a) deste;
 - h) Contratar os docentes e investigadores, sob proposta do reitor, presidente ou director do estabelecimento de ensino, ouvido o(a) Director(a) deste;
 - i) Contratar pessoal não docente;
 - j) Requerer a acreditação e o registo de ciclos de estudos, após parecer do conselho técnico-científico do estabelecimento de ensino e do reitor, presidente ou director;
 - k) Manter, em condições de autenticidade e segurança, registo académicos de que constem, designadamente, os estudantes candidatos à inscrição no estabelecimento de ensino, os estudantes nele admitidos, as inscrições realizadas, o resultado final obtido em cada unidade curricular, as equivalências e reconhecimento de habilitações atribuídos e os graus e diplomas conferidos e a respectiva classificação ou qualificação final.
3. Nos termos da Lei Geral, a Instituição goza de autonomia de gestão científica, cultural e pedagógica, sem prejuízo das competências da entidade instituidora, mencionadas anteriormente.
 - 3.1. A Escola é gerida pelos seguintes órgãos:
 - a) O Director
 - b) O Conselho Técnico-Científico;
 - c) O Conselho Pedagógico;
 - d) O Conselho Consultivo;
 - e) O Conselho Disciplinar;
 - f) O Conselho Económico-financeiro.

Artigo 2.º – Objecto

O presente Regulamento Geral aplica-se aos cursos em funcionamento nesta Instituição conferentes de grau de licenciado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, regulando, nos termos do artigo 14º, as seguintes matérias:

- a) Condições específicas de ingresso;
- b) Condições de funcionamento;

- c) Regime de prescrição do direito à inscrição;
- d) Elementos que constam obrigatoriamente dos diplomas e cartas de curso;
- e) Prazo de emissão do diploma, da carta de curso e do suplemento ao diploma;
- f) Processo de acompanhamento pelos conselhos pedagógico e técnico-científico.

Artigo 3.º – Conceitos

O quadro legal vigente resultante do Processo de Bolonha institui uma nova terminologia que importa ter presente no âmbito da comunidade educativa. Assim, dever-se-á ter em consideração a seguinte definição de conceitos:

- a) «**Matrícula**» acto pelo qual o aluno procede à sua inscrição pelo primeira vez num curso de uma instituição de ensino superior. A matrícula, por si só, não dá direito à frequência, sendo necessário proceder à inscrição anual nas unidades curriculares do respectivo curso.
- b) «**Renovação da matrícula**» acto pelo qual o aluno renova anualmente a sua matrícula nos anos curriculares seguintes.
- c) «**Inscrição nas unidades curriculares**» acto pelo qual o aluno, tendo matrícula válida na Instituição, fica em condições de frequentar as diversas unidades curriculares em que se inscreve.
- d) «**Unidade curricular**» a unidade de ensino com objectivos de formação próprios que é objecto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final;
- e) «**Plano de estudos de um curso**» o conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve obter aprovação para a:
 - i) Obtenção de um determinado grau académico;
 - ii) Conclusão de um curso não conferente de grau;
 - iii) Reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico.
- f) «**Ano curricular**», «**semestre curricular**» e «**trimestre curricular**» as partes do plano de estudos do curso que, de acordo com o respectivo instrumento legal de aprovação, devam ser realizadas pelo estudante, quando em tempo inteiro e regime presencial, no decurso de um ano, um semestre ou um trimestre lectivo, respectivamente;
- g) «**Duração normal de um ciclo de estudos**» o número de anos, semestres e ou trimestres lectivos em que o ciclo de estudos deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial;
- h) «**Horas de contacto**» o tempo utilizado em sessões de ensino de natureza colectiva, designadamente em salas de aula, laboratórios ou trabalhos de campo, e em sessões de orientação pessoal de tipo tutorial;
- i) «**Crédito**» a unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza colectiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação, nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;
- j) «**ECTS (European Credit Transfer System)**» sistema de transferência e acumulação de créditos;
- k) «**Créditos de uma unidade curricular**» o valor numérico que expressa o trabalho que deve ser efectuado por um estudante para realizar uma unidade curricular;
- l) «**Créditos de uma área científica**» o valor numérico que expressa o trabalho que deve ser efectuado por um estudante numa determinada área científica;
- m) «**Estrutura curricular de um curso**» o conjunto de áreas científicas que integram um curso e o número de créditos que um estudante deve reunir em cada uma delas para a:
 - i) Obtenção de um determinado grau académico;
 - ii) Conclusão de um curso não conferente de grau;
 - iii) Reunião de uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico;

- n) «**Formação Certificada**» a que pode ser confirmada através de certificado oficial, passado por Instituições de Ensino Superior nacionais ou estrangeiras, ou outras devidamente reconhecidas, desde que a formação seja de nível superior ou pós-secundário, incluindo as unidades curriculares, e outros módulos, pertencentes a planos de estudos de cursos superiores, nacionais ou estrangeiros, e cursos de especialização tecnológica devidamente reconhecidos;
- o) «**Creditação de Formação Certificada**» o processo de atribuição de créditos do ECTS em áreas científicas e unidades curriculares de planos de estudos de cursos legalmente reconhecidos;
- p) «**Creditação de Experiência Profissional**» processo de atribuição de créditos tendo em consideração a experiência profissional desenvolvida na área a que respeita o curso, número de anos e acções de formação profissional realizada;
- q) «**Ano curricular em que o aluno se encontra**» ano correspondente às unidades curriculares mais avançadas do plano de estudos, a que o aluno se inscreveu;
- r) «**Elemento de avaliação**» qualquer componente do processo de ensino aprendizagem que seja passível de ser avaliada e não tenha de ser obrigatoriamente realizada num tempo-espaço agendado e na presença do docente, designadamente relatório, recensão, levantamento bibliográfico, levantamento estatístico e a presença e participação nas aulas;
- s) «**Momento de avaliação**» qualquer componente do processo de ensino-aprendizagem que seja passível de ser avaliada e tenha de ser obrigatoriamente realizada num tempo-espaço agendado, com uma duração pré-definida e na presença do docente, nomeadamente prova escrita, prova oral, exercício laboratorial acompanhado, trabalho de campo acompanhado, e apresentação e defesa de um projecto;
- t) «**Período lectivo**» a fase em que decorrem as aulas;
- u) «**Condições de acesso**» as condições gerais que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos;
- v) «**Condições de ingresso**» as condições específicas que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos concreto num determinado estabelecimento de ensino;
- w) «**Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações**» adoptada para contornar os problemas criados pela disparidade de escalas de classificação existentes na Europa, contextualiza os alunos no conjunto dos diplomados dos últimos três anos;
- x) «**Boletim de Registo Académico**» documento bilingue (Português e Inglês) que lista todas as unidades curriculares em que o aluno obteve aprovação, respectivas notas na escala portuguesa de classificações (de 0 a 20), na escala europeia de comparabilidade de classificações (de A a F) e número de créditos ECTS atribuídos;
- y) «**Suplemento ao diploma**» é um documento bilingue (Português e Inglês) emitido aquando da emissão do diploma de curso o qual:
 - Descreve o sistema de ensino superior português e o seu enquadramento no sistema educativo à data da obtenção do diploma;
 - Caracteriza a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma;
 - Caracteriza a formação realizada (grau, área, requisitos de acesso, duração normal, nível) e o seu objectivo;
 - Fornece informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos.

Artigo 4.º – Condições de Ingresso

1. As fases de candidatura são determinadas anualmente pelo(a) Director(a) e divulgadas através de afixação de Edital elaborado para o efeito.
2. As condições de admissão respeitam as disposições legais aplicáveis, nomeadamente aos Concursos Institucionais de Acesso que, em cada ano lectivo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior venha a publicar.

Artigo 5.º – Condições Específicas de Ingresso

1. As condições específicas de ingresso a aplicar às candidaturas de acesso a esta Instituição nos termos da legislação aplicável é a seguinte:

- a) A classificação mínima das provas de ingresso é de 95 pontos, numa escala de 0 a 200;
- b) A classificação mínima da nota de candidatura é de 95 pontos, numa escala de 0 a 200;
- c) A seriação dos candidatos é realizada com base na seguinte fórmula de cálculo da nota de candidatura:

Média do secundário – 65%

Provas de ingresso – 35%.

2. **Concursos Especiais de Acesso** – Terão lugar com observância do Decreto – Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1081/2001, de 5 de Setembro, Portaria n.º 393/2002, de 12 de Abril, destinando-se a candidatos com as seguintes habilitações:
 - a) Titulares das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos (Decreto – Lei 64/2006, de 21 de Março, Despacho n.º 315/2008, publicado no Diário da República n.º 112, da II Série, em 12 Junho);
 - b) Titulares de cursos superiores, pós-secundários e médios;
 - c) Os critérios de seriação aplicáveis são fixados pelo(a) Director(a) e publicitados por meio de Edital para o efeito afixado.
3. **Regimes de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência** – Terão lugar em observância com a Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril e o respectivo Regulamento aprovado pela Instituição e publicado em diário da República.

Artigo 6.º – Matrícula / Renovação da Matrícula / Inscrição

1. Podem matricular-se no 1º Ano do Curso todos os candidatos que cumpram as disposições legais ao abrigo do regime a que concorrem.
2. Nos anos curriculares seguintes o aluno deverá renovar a matrícula realizada no 1º Ano e proceder à inscrição nas unidades curriculares a frequentar, até 30 de Setembro (inclusive).

§ Os alunos finalistas que se tenham apresentado no Exame da Época Especial e não tenham concluído o seu Curso devem renovar a matrícula até 15 dias após o lançamento da última nota de exame.
3. O aluno pode inscrever-se no mesmo ano curricular que frequentou ou no ano curricular seguinte.
4. O aluno poderá inscrever-se a 60 créditos anuais e facultativamente a mais 20 créditos adicionais.
5. A matrícula, renovação de matrícula e inscrição em cada ano curricular, estão condicionadas ao cumprimento do estipulado para o assunto, no Regulamento Financeiro.

Artigo 7.º – Regime de Precedências

1. O regime de precedências aplica-se nos cursos em que exista estágio e/ou projecto de fim de curso no último ano curricular;
2. As unidades curriculares a qualificar como precedentes para acesso ao estágio e/ou projecto de fim de curso serão todas aquelas cujo conteúdo se relacione directamente com a realização do referido estágio e/ou projecto de fim de curso;
3. As unidades curriculares qualificadas como precedentes devem corresponder a unidades curriculares estruturantes de índole profissional e metodológico;
4. O elenco das unidades curriculares a qualificar como precedentes é proposto pela Coordenação do Curso, sujeito a parecer do Conselho Pedagógico e aprovado pelo Conselho Técnico-Científico, passando a fazer parte integrante do Regulamento de Frequência e Avaliação do respectivo curso.

Artigo 8.º – Regime de Prescrição do Direito à Matrícula e Inscrição

1. A anulação da matrícula pode ocorrer nas seguintes situações:
 - a) Por sanção disciplinar;
 - b) Por falta de pagamento das propinas, nos termos do Regulamento Financeiro;
 - c) Por requerimento do próprio aluno.

2. A anulação da matrícula, para efeitos académicos, produz efeitos a partir do momento em que é solicitada.
3. A não liquidação dos débitos no momento da anulação da matrícula impedirá a emissão de qualquer tipo de documentação.
4. Para mais informações sobre as implicações relativas à anulação da matrícula consultar o Regulamento Financeiro.

Artigo 9.º – Sistema de Créditos Curriculares

1. Os cursos organizam-se pelo sistema de créditos curriculares, nos termos consagrados no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
2. A cada unidade curricular corresponde uma unidade temático-didáctica definida com duração semestral, excepto determinados casos que podem ter duração anual, agrupando-se, neste caso, os dois semestres curriculares afectos a um mesmo ano lectivo.
3. O grau de Licenciado é concedido aos alunos que tenham obtido aprovação a todas as unidades curriculares do seu plano de estudos, no conjunto correspondentes a 240 créditos.

Artigo 10.º – Processo de Creditação

1. Para efeitos do disposto do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, esta Instituição:
 - a) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;
 - b) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica, nos termos fixados pelo respectivo diploma;
 - c) Reconhece, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação pós-secundária.
2. A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área científica onde foram obtidos.
3. A creditação só pode ser concedida num número de créditos que coincida com um número inteiro de unidades curriculares, que o aluno fica isento de realizar, salvo se estas estiverem organizadas, internamente, em módulos bem definidos e com créditos atribuídos, de forma estável e consolidada.
4. No presente regulamento são fixadas as normas gerais relativas aos pedidos de creditação para efeitos de prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, através da atribuição de créditos nos planos de estudos de cursos conferidos por esta Instituição.

Artigo 11.º – Pedidos de Creditação

1. Os pedidos de creditação da formação devem ser efectuados no acto da matrícula em requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico-Científico, sem prejuízo do n.º 4, do artigo 4º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.
2. No requerimento deve o requerente mencionar, obrigatoriamente, as habilitações de que é requerida a creditação e o objectivo com que é requerida.
3. O requerimento é instruído com documento comprovativo da aprovação nas habilitações de que se requer creditação e respectiva classificação, bem como do(s) programa(s) da(s) unidade(s) curricular(es) com indicação das respectivas cargas horárias.
4. O Conselho Técnico-Científico deliberará sobre o pedido nos 30 dias subsequentes à recepção do requerimento devidamente instruído.
5. Da deliberação cabe recurso, a interpor no prazo de 8 dias a contar da data em que o requerente tenha sido notificado, para o(a) Director(a) da Escola.
6. O recurso será decidido em definitivo nos 30 dias imediatos ao termo do prazo fixado na alínea anterior.
7. O pedido de creditação está sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos no Regulamento Financeiro.

Artigo 12.º – Estatutos Especiais de Frequência

1. Estatuto de Dirigente Associativo

- 1.1. O Decreto – Lei n.º 152/91, de 23 de Abril, alterado pela Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho determina que os membros da Direcção da Associação de Estudantes no período de duração dos seus mandatos, têm direito a:
 - a) Relevação de faltas às aulas quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário lectivo;
 - b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em actos de manifesto interesse associativo.
 - c) Requerer até cinco exames em cada ano lectivo para além dos exames nas épocas normais e especiais já consagradas na legislação em vigor, com um limite máximo de dois por unidade curricular;
 - d) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, de acordo com as normas internas em vigor no respectivo estabelecimento de ensino;
 - e) Realizar, em data a combinar com o docente, ou de acordo com as normas internas em vigor, os testes escritos a que não tenha podido comparecer devido ao exercício de actividades associativas inadiáveis.
- 1.2. Os direitos referidos nas alíneas anteriores podem ser alargados por deliberação dos órgãos competentes dos respectivos estabelecimentos de ensino.
- 1.3. Para efeito do disposto na alínea e) anterior, o estudante que seja dirigente associativo obriga-se a, no prazo de quarenta e oito horas a partir do momento em que tenha conhecimento da actividade associativa, entregar documento comprovativo da mesma.
- 1.4. O exercício dos direitos referidos nas alíneas supra referidas depende da prévia apresentação nos serviços do respectivo estabelecimento de ensino de certidão da acta da tomada de posse dos órgãos sociais no prazo de 30 dias úteis após a mesma.
- 1.5. A não apresentação do documento referido no ponto 1.3. no prazo estabelecido tem como consequência a não aplicação do presente estatuto.
- 1.6. Os direitos conferidos nas alíneas anteriores do ponto 1.1. podem ser exercidos no prazo de um ano após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efectivamente exercido o mandato.

2. Estatuto do Trabalhador Estudante

- 2.1. A Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que veio aprovar o novo Código de Trabalho e o respectivo Regulamento Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro, definem Trabalhador-Estudante como aquele trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses.
- 2.2. A manutenção do estatuto de Trabalhador-Estudante depende de aproveitamento escolar no ano lectivo anterior.
- 2.3. O Trabalhador -Estudante não está sujeito:
 - a) A frequência de um número mínimo de disciplinas de determinado curso em graus de ensino em que isso seja possível, nem a regime de prescrição ou que implique mudança de estabelecimento de ensino;
 - b) A qualquer disposição legal que faça depender o aproveitamento escolar de frequência de um número mínimo de aulas por disciplina;
 - c) A limitação do número de exames a realizar em época de recurso.
- 2.4. Caso não haja época de recurso, o Trabalhador-Estudante tem direito, na medida em que seja legalmente admissível, a uma época especial de exame em todas as disciplinas.

- 2.5. O estabelecimento de ensino com horário pós-laboral deve assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como um serviço mínimo de apoio ao Trabalhador-Estudante decorram, na medida do possível, no mesmo horário.
- 2.6. O Trabalhador-Estudante tem direito a aulas de compensação ou de apoio pedagógico que sejam consideradas imprescindíveis pelos órgãos do estabelecimento de ensino.
- 2.7. O disposto nos números anteriores não é cumulável com qualquer outro regime que vise os mesmos fins.
- 2.8. O regime aqui previsto aplica-se:
- Ao trabalhador por conta de outrem, independentemente do vínculo laboral, ao serviço de uma entidade pública ou privada;
 - Ao trabalhador por conta própria;
 - Ao trabalhador que, estando abrangido pelo estatuto do trabalhador-estudante, se encontre entretanto em situação de desemprego involuntário, inscrito em centro de emprego.
- 2.9. Para usufruir do Estatuto do Trabalhador Estudante, o aluno entregará anualmente na Secretaria-Geral, no acto da sua inscrição/matricula, os seguintes documentos:
- Declaração da entidade patronal, ou do Director-Geral, ou equiparado, caso o interessado seja funcionária pública. A declaração deverá conter a categoria profissional do trabalhador e o prazo de duração do respectivo contrato de trabalho.
 - Declaração de início de actividade e, prova do último desconto para a Segurança Social;
 - No caso dos agentes de ensino que, tendo exercido funções no ano lectivo anterior, aguardam publicação dos resultados do concurso deverão, no acto da inscrição, fazer prova de exercício de funções no ano lectivo anterior, bem como da sua candidatura no ano lectivo em curso;
- 2.10. No caso dos alunos que no decorrer do ano lectivo venham a ter direito ao Estatuto do Trabalhador-Estudante, deverão requerer esse Estatuto no prazo máximo de 30 dias a contar do início da actividade profissional;
- 2.11. O aluno passa a usufruir do Estatuto do Trabalhador-Estudante após a data do despacho do(a) Director(a).
- 2.12. A avaliação das unidades curriculares Teóricas, Teórico-Práticas e Práticas, será feita por frequência, independentemente do número de presenças nas aulas, à excepção:
- Nas unidades curriculares que, pela sua natureza específica, exigem participação presencial dos alunos nas suas actividades;
 - De todas as outras unidades curriculares para as quais os órgãos competentes da Instituição definam a obrigatoriedade da participação presencial do aluno, tendo em conta as suas características eminentemente práticas.
- 3. Estatuto do Estudante – Militar**
- 3.1. Nos termos do artigo 2º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) aprovado pelo Decreto – Lei n.º 320-A/2000 de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio:
- Os militares que prestem serviço militar voluntário em regime de contrato (RC) ou em regime de voluntariado (RV) beneficiam das disposições constantes do estatuto legal do trabalhador-estudante, salvaguardadas as especificidades decorrentes da condição militar.
- 4. Estatuto Especial das Mães e Pais Estudantes**
- 4.1. A Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto, estipula que, sem prejuízo de apresentação de documento comprovativo que justifique as diferentes situações de impossibilidade, as mães e pais estudantes abrangidos pela referida lei cujos filhos tenham até 3 anos de idade gozam dos seguintes direitos:
- Um regime especial de faltas, consideradas justificadas, sempre que devidamente comprovadas, para consultas pré-natais, para período de parto, amamentação, doença e assistência a filhos;

- b) Adiamento da apresentação ou da entrega de trabalhos e da realização em data posterior de testes sempre que, por algum dos factos indicados na alínea anterior, seja impossível o cumprimento dos prazos estabelecidos ou a comparência aos testes;
- c) Isenção de cumprimento de mecanismos legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas;
- d) Dispensa da obrigatoriedade de inscrição num número mínimo de unidades curriculares no ensino superior.

4.2. As grávidas e mães têm ainda direito:

- i. A realizar exames em época especial, a determinar com os serviços escolares, designadamente no caso de o parto coincidir com a época de exames;
- ii. À transferência de estabelecimento de ensino;
- iii. A inscreverem-se em estabelecimentos de ensino fora da área da sua residência.

4.3. A relevação de faltas às aulas, a leccionação de aulas de compensação e a realização de exames em época especial dependem da apresentação de documento demonstrativo da coincidência com horário lectivo do facto que, à luz da referida lei, impossibilite a sua presença.

5. **Estatuto Especial dos Alunos que Professam Confissões Religiosas que Santificam Um Dia da Semana Diversos do Domingo** – Portaria n.º 947/87, de 18 de Dezembro aplica-se aos alunos que professam confissões religiosas que santificam um dia da semana diverso do domingo concedendo-lhes o direito:

- a) Dispensa da frequência das aulas que se realizem em dias dedicados ao culto e/ou repouso;
- b) A dispensa às aulas em dias dedicados ao repouso e ao culto será concedida a todos os alunos a seu requerimento, fazendo prova com documento subscrito pela entidade da confissão religiosa reconhecida onde declara que o aluno em causa professa essa religião;
- c) Prestação em segunda chamada das frequências e/ou exames que se encontrem inicialmente marcados para dias dedicados ao culto ou ao repouso;
- d) A prestação de frequência e/ou exames em segunda chamada ocorrerá desde que o aluno:
 - Comunique por escrito com 48 horas de antecedência caso já se encontre dispensado da frequência às aulas;
 - Requeira a mudança da data das provas com cinco dias de antecedência e entregue o documento subscrito pela entidade da confissão religiosa reconhecida onde declara que o aluno em causa professa essa religião, caso ainda não o tenha feito.

6. **Estatuto Especial do Atleta de Alta Competição – Decreto – Lei n.º 125/95, de 31 de Maio e Decreto – Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto:**

- a) Para efeitos do presente Estatuto Especial consideram-se Atletas de Alta Competição todos aqueles cuja prática desportiva se enquadre no descrito no art. 2º, do Decreto – Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, para beneficiar dos direitos prescritos no referido Decreto-Lei deve ter sido remetido à Instituição, pelo Instituto do Desporto, no início do ano lectivo a comunicação dos alunos que foram integrados no sistema de alta competição.
- b) Os alunos desta Instituição integrados em sistema de alta competição têm direito a:
 - i. Relevação das faltas dadas às aulas durante o período de preparação e participação em competições desportivas, mediante a entrega de declaração comprovativa emitido pelo Instituto do Desporto;
 - ii. A frequência de aulas em turmas diferentes;
 - iii. Sempre que o período de participação em competições desportivas coincida com momentos de avaliação, devem ser fixadas novas datas para a prestação da avaliação de conhecimentos que não colida com a das competições.

Para o efeito, deve o aluno requerer a alteração da data da realização da avaliação de conhecimentos, apresentando declaração emitida pelo Instituto do Desporto que comprove a impossibilidade.

7. Regime Especial para Bombeiros

7.1. Para efeitos da aplicação do presente estatuto, consideram-se bombeiros os alunos que sejam abrangidos pelo disposto na alínea a) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 241/2007 de 21 de Junho, ou seja:

«**Bombeiro**»: o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por actividade cumprir as missões deste, nomeadamente a protecção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

7.1.1. O exercício dos direitos consagrados ao bombeiro depende da prévia comprovação dessa qualidade, junto dos Serviços Administrativos da Instituição, anualmente, através de documento emitido pela “Entidade detentora do Corpo de Bombeiros”, tal como é definida na alínea c) do Artigo 2º daquele Decreto-Lei.

7.1.2. O não cumprimento do preceituado no número anterior tem como consequência, a não aplicação do estatuto de bombeiro.

7.1.3. Sempre que relativamente à aplicação do estatuto de bombeiro, se verificarem alterações que impliquem a perda dessa condição, compete ao aluno comunicar esse facto aos Serviços Administrativos da Instituição no prazo máximo de 15 dias úteis após a sua verificação.

7.1.4. No caso de não cumprimento do disposto no número anterior, serão anulados todos os efeitos dos direitos eventualmente exercidos, ao abrigo do estatuto de bombeiro, após a data da ocorrência das alterações referidas.

7.2. Frequência de aulas e provas de avaliação

7.2.1. O exercício dos direitos a que se refere o número 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de Junho obedece às regras seguintes:

- a) Apresentação, ao(à) Director(a) da Instituição, do requerimento do comandante do corpo de bombeiros, no prazo máximo de 5 dias após a ocorrência da actividade que justifica o exercício daquele direito;
- b) O(A) Director(a) da Instituição decidirá acerca da validade dos fundamentos invocados no documento a que se refere a alínea anterior, no prazo máximo de 5 dias, contados a partir da entrega da referida declaração;
- c) O(A) Director(a) dará conhecimento da decisão ao aluno e ao docente responsável pela unidade curricular em causa, a fim de relevar eventuais faltas, adiar apresentação de trabalhos ou realizar testes escritos em data a combinar com o docente.

7.2.2. O exercício do direito a que se refere o número 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de Junho, obedece às regras seguintes:

- a) Para além das épocas de avaliação que este regulamento permite, o aluno, na qualidade de bombeiro, pode requerer, em cada ano lectivo, até ao máximo de cinco provas de exame final, com o limite de dois exames por cada unidade curricular, e uma prova de exame final às unidades curriculares a cuja avaliação, nos termos em que é definido no calendário escolar, não tenha podido comparecer, comprovadamente por motivo de cumprimento da actividade operacional;
- b) O exame ao abrigo do estatuto de bombeiro é requerido, por escrito, nos Serviços Administrativos, até ao dia 5 do mês em que o aluno pretende realizá-lo, salvo o disposto na alínea g) deste número, havendo lugar ao pagamento de emolumentos;
- c) Os Serviços Administrativos, nos três dias úteis imediatos ao final do período de requerimentos, referido na alínea anterior, averiguarão se o aluno preenche os requisitos necessários e informarão, no caso de esse preenchimento se verificar, o docente responsável da unidade curricular, através de cópia do requerimento referido em na alínea a);
- d) Até ao dia 18 do mês em causa, o(a) Director(a), ouvido o Docente da unidade curricular, fixará a data para a realização do exame e comunicará essa informação aos

Serviços Administrativos da Instituição, que a publicitarão no prazo máximo de dois dias úteis após a respectiva recepção;

- e) O exame deverá realizar-se no período correspondente aos cinco últimos dias úteis do mês em causa. No entanto e quando tal não for possível, por razões entendidas como válidas pelo(a) Director(a), esta fixará a realização do exame em questão para uma data o mais próxima possível do período referido;
- f) Os exames ao abrigo do estatuto do bombeiro podem ser requeridos para qualquer mês, com excepção do mês de Agosto e dos meses em que estejam previstas provas de avaliação para as unidades curriculares em causa, ao abrigo de outras épocas de avaliação, a que o aluno requerente tenha acesso. Sempre que possível, a marcação das datas para a realização de exames ao abrigo do estatuto do bombeiro deverá ser feita de forma a aproveitar os exames calendarizados ao abrigo de outros regimes;
- g) Para os meses abrangidos pelas épocas de recurso, época especial (em condições de conclusão do curso), o exame ao abrigo do estatuto de bombeiro é requerido, por escrito, nos Serviços Administrativos, no mesmo período em que decorre a inscrição para as provas para os alunos abrangidos por esses regimes;
- h) Se, porventura, algum dos períodos de avaliação referidos na alínea anterior (épocas de recurso, época especial) ocupar espaços de meses diferentes, considera-se que o exame ao abrigo do estatuto do bombeiro é requerido para o mês em que se inicia o referido período de avaliação, independentemente do dia em que a prova em causa venha, efectivamente, a ser calendarizada.

Artigo 13.º – Regime de Ensino a Distância

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, é criado o ensino a distância segundo os princípios reguladores para a criação do espaço europeu de ensino superior.
2. A operacionalização e funcionamento do Ensino a Distância consta de documento próprio, assumindo a designação de “*Guia de Educação Online*”, sem prejuízo das considerações a seguir expandidas.
3. O ensino a distância constitui uma modalidade de ensino/aprendizagem que não requer a presença do professor e do estudante no mesmo espaço físico e ao mesmo tempo. O estudante pode desenvolver o seu trabalho de forma autónoma embora inserido numa turma virtual. Por se desenvolver num ambiente *Web*, os participantes dispõem de ferramentas de comunicação que permitem interagir e comunicar com os colegas e professores.
4. Às unidades curriculares oferecidas, em alternativa, em regime presencial e a distância é atribuído o mesmo número de créditos.
5. Os alunos em regime de ensino a distância são acompanhados e orientados ao longo da sua formação por um professor tutor, que lhe facultará *feedback* das actividades desenvolvidas, constituindo o interlocutor privilegiado na dinamização de todo o processo de ensino/aprendizagem, na resolução de problemas e no processo de avaliação.
6. A assiduidade no ensino a distância assenta na autonomia e compromisso pessoal. Embora os estudantes não tenham de cumprir horários preestabelecidos, serão sempre acompanhados pelos professores tutores que manterão um controlo da sua assiduidade virtual. Essa assiduidade poderá mesmo ser um dos elementos de avaliação em certas actividades.
7. Nas unidades curriculares teórico/práticas (TP) ou laboratoriais (PL) a componente prática, dependendo do tipo de conteúdo da unidade curricular, pode ser dada a distância ou presencialmente, sem prejuízo de poderem ainda ocorrer visitas de estudo a Instituições.
8. Avaliação processar-se-á nos termos previsto no Regulamento de Frequência e Avaliação do respectivo curso, designadamente do artigo 6º, n.º 4, atendendo-se à especificidade do Ensino a Distância e da natureza da Unidade Curricular, no seguinte desenvolvimento:
 - a) Através da plataforma *Moodle*, o docente disponibiliza aos estudantes os conteúdos a abordar, independentemente do lugar onde estes estejam, tendo como estratégia de aprendizagem a instrução que consiste em comunicar um conhecimento, conduzindo o estudante a um saber por descoberta, através da acção, levando o aluno a um saber-fazer.
 - b) As etapas de ensino são pré-programadas, divididas em módulos e são utilizados diversos recursos como textos e imagens digitais (ou digitalizadas), vídeos, correio electrónico, *links*

para fontes externas de informação, áudio, etc. Os estudantes podem aceder quantas vezes desejarem, procurando informações adicionais online, enviar perguntas, etc.

Artigo 14.º – Estudante a Tempo Parcial

1. Procedimento

- 1.1. Pode requerer o regime de estudante a tempo parcial, o estudante com matrícula válida na Instituição, mediante requerimento dirigido à Direcção, devendo indicar o número de créditos e unidades curriculares a que se pretende inscrever.
- 1.2. A totalidade de créditos a que se refere o número anterior terá de ser sempre inferior a 60 créditos anuais.

2. Propinas

A propina mensal a pagar pelo estudante em regime de tempo parcial é determinada pelo Regulamento Financeiro.

Artigo 15.º – Unidades Curriculares Isoladas

1. Candidatos

- 1.1. Podem candidatar-se à frequência de unidades curriculares isoladas leccionadas nos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado quer alunos inscritos num curso de ensino superior, quer outros interessados.
- 1.2. Podem candidatar-se à frequência de unidades curriculares leccionadas em cursos de formação pós-graduada os interessados que sejam:
 - a) Titulares de um certificado de habilitações de licenciatura;
 - b) Detentores de um currículo considerado adequado.

2. Candidaturas

- 2.1. As candidaturas são apresentadas nos Serviços Administrativos da Instituição, mediante requerimento devidamente fundamentado e em impresso próprio, até 30 dias antes do início da respectiva leccionação, acompanhadas de curriculum vitae, cópia do comprovativo das habilitações literárias, do BI e do NIF.

3. Inscrições

- 3.1. A inscrição em unidades curriculares isoladas deverá ser autorizada pelo(a) Director(a).
- 3.2. Os candidatos admitidos devem realizar a sua inscrição nos Serviços Administrativos da Instituição, satisfazendo no acto as respectivas taxas e propinas de inscrição.

4. Frequência em unidades curriculares isoladas

- 4.1. A frequência de unidades curriculares isoladas, com aproveitamento, não confere direito ao reconhecimento da titularidade de parte ou do todo dos ciclos de estudos em que as mesmas se integram.
- 4.2. Aos estudantes que frequentem com aproveitamento as unidades curriculares isoladas poderá ser conferido, a requerimento do interessado, um certificado, com menção da(s) classificação(ões) obtida(s) e dos respectivos créditos.
- 4.3. A requerimento do interessado, as unidades curriculares isoladas frequentadas com aproveitamento poderão ser objecto de creditação no âmbito de cursos de licenciatura, especialização, pós-graduação, mestrado e doutoramento a que os estudantes venham a ser admitidos.
- 4.4. É possível ao aluno optar por realizar ou não avaliação às unidades curriculares isoladas a que se encontra inscrito.

5. Propinas nas unidades curriculares isoladas

- 5.1. A inscrição e frequência nas unidades curriculares isoladas estão dependentes do pagamento dos montantes estabelecidos no Regulamento Financeiro.

Artigo 16.º – Condições de Frequência

1. Da admissão de cada candidato fica implícito o conhecimento integral da estrutura do curso e o comprometimento do pagamento da respectiva matrícula/ renovação de matrícula/ inscrições nas unidades curriculares - propinas, em conformidade com o previsto no Regulamento Financeiro, afixado no átrio da Secretaria-Geral, bem como do conhecimento integral do Regulamento Disciplinar;
2. O montante da matrícula, renovação de matrícula e inscrição nas unidades curriculares para o ano lectivo reporta ao já referido Regulamento Financeiro em vigor na Instituição;
3. A matrícula – correspondente ao 1º ano – é paga no momento indicado pelo Gabinete de Ingressos. A renovação de matrícula – correspondente aos anos subsequentes – terá de ser efectuada até ao dia 30 do mês de Setembro;
4. No acto de matrícula / renovação de matrícula deverá também ser pago o Seguro Escolar, em montante determinado no Regulamento Financeiro em vigor na Instituição;
5. O pagamento da propina deverá ser efectuado até ao dia 6 (inclusive) do mês a que respeita. Cada pagamento reporta-se ao mês em curso. Os pagamentos poderão ser efectuados em numerário, cheque, débito em conta, multibanco ou referência multibanco, nos quais terá de constar a respectiva identificação do aluno (nome, número, turma e curso);
6. O montante a pagar no acto da 1ª matrícula, renovação de matrícula e da inscrição nas unidades curriculares, bem como as mensalidades (durante o ciclo de 12 meses, correspondente ao ano lectivo), é o constante no Regulamento Financeiro em vigor na Instituição;
7. As mensalidades não liquidadas nos prazos estabelecidos e estão sujeitas às multas previstas no Regulamento Financeiro;
8. O atraso no pagamento da mensalidade, para além de três meses, pode levar à anulação da matrícula, excepto em casos especiais a analisar e decidir pelo(a) Director(a) da Instituição;
9. Para assuntos relacionados com a área financeira, deverá consultar-se o Regulamento Financeiro.

Nota 1: Os valores pagos não serão reembolsáveis em nenhuma circunstância.

Nota 2: O pagamento por cheque só se considera efectuado após boa cobrança do mesmo.

Nota 3: A emissão de certificados de fim de curso só pode processar-se após o pagamento integral dos compromissos financeiros por parte do requerente.

Artigo 17.º – Assiduidade

1. A assiduidade pode constituir critério de avaliação por frequência em unidades curriculares do tipo Teórico (T) do ano em que o aluno se encontra matriculado;
2. Salvo os casos abrangidos pelo disposto no artigo 12º do presente Regulamento é obrigatória a presença em pelo menos 70% da carga horária das unidades curriculares dos tipos Ensino *prático e laboratorial* (PL) e *Seminários* (S), do ano em que se encontra matriculado;
3. Nas unidades curriculares do tipo *Trabalho de Campo* (TC), *Estágio* (E) e *Orientação Tutorial* (OT), segue o prescrito nos respectivos Programas/Regulamentos;
4. Aos alunos que requeiram e lhes seja concedido um dos Estatutos Especiais de Frequência, aplicam-se as normas contidas no já mencionado artigo 12º;
5. As faltas dos alunos serão registadas em cada aula pelos professores, em fichas próprias para o efeito;
6. Em nenhum caso as faltas dos alunos serão descontadas, sendo, no entanto, obrigatória a sua justificação nos termos seguintes:

Preenchimento de um impresso próprio que os alunos deverão solicitar na secretaria-geral e/ou a apresentação de um documento oficial de justificação:

- a) Certificado médico;
- b) Declaração de honra;
- c) Declaração da instituição onde trabalha, etc.

Estas justificações farão parte do processo individual do aluno, podendo ser consultadas pelos docentes.

Artigo 18.º – Exames

1. Nos termos da legislação aplicável, as épocas de Exame Final são as seguintes:
 - a) Época normal;
 - b) Época de recurso;
 - c) Época especial.
2. São condições para realização de Exame Final independentemente da época:
 - a) Inscrição, no início do ano lectivo, na unidade curricular pretendida ou ter estado inscrito em anos anteriores;
 - b) Inscrição para exame na unidade curricular na época respectiva.
3. Na época normal cada aluno pode prestar provas de exame final em todas as unidades curriculares em que reúna as condições supra referidas.
4. Na época de recurso cada aluno pode prestar provas de exame final em unidades curriculares a cujo exame na época normal não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja reprovado.
5. O 1º Semestre para as Unidades Curriculares Semestrais terá uma Época Normal de Exame (final do 1º semestre) e uma Época de Recurso.
6. O 2º Semestre será composto por uma Época Normal de Exame (final 2º semestre) e uma Época de Recurso.
7. Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em unidades curriculares a cujo exame nas épocas normal ou de recurso não haja comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado, desde que, com a aprovação em tais unidades curriculares, reúna as condições necessárias à obtenção de um grau ou diploma.
8. A inscrição para exame está, tal como a inscrição nas unidades curriculares, sujeita às regras definidas no Regulamento Financeiro em vigor em cada ano lectivo.
9. Disposições complementares para Alunos Finalistas. O conjunto de disposições que a seguir se desenvolvem destina-se a alunos finalistas que tenham em falta determinado número de unidades curriculares para concluírem o respectivo curso, tendo já beneficiado da época especial e que, conseqüentemente, renovaram a sua inscrição no curso no ano lectivo seguinte:
 - a) O aluno que tenha em falta duas unidades curriculares para concluir o seu curso, pode submeter-se a avaliação em qualquer época de exame, independentemente do semestre em que a unidade curricular é leccionada, não podendo contudo, usufruir em cada ano lectivo de mais de três épocas de exame.
 - b) O aluno que esteja na situação anterior e que uma das unidades curriculares em falta seja a Monografia pode defender esta unidade curricular em qualquer altura do ano lectivo.
 - i. Contudo, se o aluno não entregar a Monografia até ao final da Época Especial, tendo já realizado todos os Estágios, deve proceder à renovação da sua inscrição para o ano lectivo seguinte somente aos créditos correspondentes à Monografia, e sujeitar-se aos pagamentos estabelecidos no Regulamento Financeiro.
 - ii. Caso não tenha concluído os Estágios necessários para a realização da Monografia deverá inscrever-se no ano lectivo seguinte aos créditos dos Estágios e da Monografia, pagando os montantes estabelecidos no Regulamento Financeiro.
 - c) Os alunos que estejam na situação referida na alínea a) e que em falta esteja a realização de um Estágio, podem em qualquer altura do ano lectivo realizar tal unidade curricular, desde que a Escola/Instituto tenha condições para tal.

Artigo 19.º – Infrações Disciplinares

1. A quebra de honestidade académica pode resultar de:
 - a) Plágio, isto é, a apropriação ou cópia de um trabalho sem autorização ou sem indicação da verdadeira origem;
 - b) Fraude, isto é, o uso ou a tentativa de uso, num teste ou exame, de informação não autorizada.

2. As penas por quebra de honestidade são aplicadas em conformidade com a gravidade da infracção e, se for o caso, em conformidade com o número de transgressões anteriores.
3. As penas disciplinares vão desde a anulação da prova pelo docente à exclusão da Instituição por um período não superior a um ano (pena máxima).
4. Ao Conselho Disciplinar compete apreciar e dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com graves infracções e desrespeitos às normas em vigor na Instituição.

Artigo 20.º – Calendário Escolar

1. A duração do ano curricular a tempo inteiro é entre mil e quinhentas e mil seiscentas e oitenta horas e é cumprido num período de 36 a 40 semanas.
2. Cada semestre realizado a tempo inteiro corresponde a 30 créditos e tem a duração de 20 semanas, de acordo com a legislação em vigor.
3. O calendário escolar, fixado antes do início de cada ano curricular, é proposto pelo(a) Directora e aprovado pelo Conselho Pedagógico.

Artigo 21.º – Organização do Ano Lectivo

1. O ano lectivo tem início no mês de Outubro e termina no mês de Setembro do ano civil seguinte inclusive (ciclo de 12 meses);
2. Para os cursos que não têm início no mês de Outubro respeitar-se-á o mesmo ciclo, sendo o seu término 12 meses após o início;
3. A calendarização relativa aos períodos de aulas, de férias, de actividades extracurriculares, Congressos, Jornadas, Semana Académica, etc., envolvendo os alunos da Instituição, será tornada pública e constará obrigatoriamente do Plano de Actividades;
4. Os alunos e os professores serão atempadamente avisados das eventuais modificações de horários que resultem da realização destas actividades, e de outras não previstas na calendarização a que se refere a alínea anterior.

Artigo 22.º – Normas de Funcionamento

1. Horário Escolar:

- a) As aulas desenvolvem-se, em tempos lectivos com horário fixo de 120 minutos (módulos lectivos);
- b) Os horários, a elaborar segundo princípios orientadores aprovados pelo Conselho Pedagógico, serão organizados de forma, a que em princípio, não se verifique mais de uma aula de 120 minutos ou duas de 60 minutos em unidades curriculares teóricas, ou mais de três aulas práticas à mesma disciplina;
- c) São consideradas excepções ao estipulado na alínea anterior, as aulas das unidades curriculares que pela sua natureza, exijam uma organização diferente;
- d) As aulas que por motivo de força maior e imprevisto não se realizarem, devem ser compensadas posteriormente em horário a combinar com o responsável pela unidade curricular e a Coordenação do Curso;
- e) Não é assegurada a compatibilidade de horário de frequência à(s) unidade(s) curricular(es) do(s) ano(s) anterior(es) ao ano em que se encontra matriculado.

2. Visitas de Estudo

- a) As visitas de estudo, programadas pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares deverão ser submetidas à apreciação do(a) Director(a), após parecer da Coordenação de Curso e em casos especiais pelo Conselho Pedagógico;
- b) As propostas de visitas de estudo devem integrar a lista nominativa de todos os participantes da actividade (professores, alunos, funcionários...);
- c) De cada visita de estudo, o docente ou docentes responsáveis deverão elaborar um relatório sucinto a entregar à Coordenação, onde conste, obrigatoriamente, além das actividades desenvolvidas, a listagem dos alunos que efectivamente participaram;

- d) As visitas de estudo não devem, se possível, colidir com o normal funcionamento das aulas.

Artigo 23.º – Abertura de Cursos, Ramos e Unidades Curriculares Optativas

1. A abertura de qualquer curso, ramo, unidade curricular optativa ou unidade curricular isolada, fica condicionada à inscrição e matrícula de um número mínimo de 15 alunos para que possa funcionar.
2. Contudo, nos casos em que esse número seja inferior, poderá ser proposto pelo(a) Director(a) da Escola à entidade titular a abertura do curso, ramo ou unidade curricular optativa.

Artigo 24.º – Prazos de emissão da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma

As certidões de registo do grau (diploma), bem como o suplemento ao diploma e as cartas de curso, terão os seguintes prazos máximos de emissão:

- a) Um mês, certidão de registo do grau (diploma) e suplemento ao diploma;
- b) Três meses, carta de curso.

Artigo 25.º – Acompanhamento pelos Órgãos Pedagógico e Técnico-científico

1. O acompanhamento do curso é da responsabilidade do Coordenador de Curso e dos Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico.
2. Os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, em articulação com o Coordenador de Curso, acompanham o funcionamento do curso no âmbito das suas competências conforme plasmado nos Estatutos da Instituição.

Artigo 26.º – Coordenador de Curso

1. A coordenação pedagógica, científica e do funcionamento de um curso cabe a um(a) docente que reúna as condições para ser designado e a quem seja reconhecida especial competência para o efeito pelo(a) director(a) da escola, que o nomeia.
2. Compete ao coordenador(a) de curso:
 - a) Assegurar o normal funcionamento do curso;
 - b) Representar o curso junto dos órgãos de gestão da respectiva instituição;
 - c) Contribuir para a promoção nacional e internacional do curso, em articulação com os órgãos legalmente competentes
 - d) Integrar a Comissão de Avaliação e colaborar na organização das propostas gerais ou individuais de avaliação e acreditação e na elaboração do respectivo relatório de acompanhamento e avaliação do curso;
 - e) Apresentar, em articulação com as áreas científicas, propostas fundamentadas de alteração do plano de estudos ou novas formações a submeter ao conselho técnico-científico, aos grupos disciplinares, ao (à) director(a) da escola e à entidade titular;
 - f) Valorizar a relação com a profissão, através das suas organizações nacionais e internacionais, com os profissionais e com o mercado de trabalho;
 - g) Articular os programas das unidades curriculares do curso com os respectivos regentes e garantir o seu bom funcionamento, quer das unidades curriculares presenciais quer a distância. No caso de haver alterações aos programas, submetê-las à aprovação do Conselho Técnico-Científico;
 - h) Contribuir para desenvolver na escola, no curso e nos alunos uma cultura e atitudes empreendedoras, de gosto pela inovação, pela competitividade, pela formação e pelo incentivo e ajuda à definição de projectos de trabalho próprio;
 - i) Promover as actividades de tutoria e de estágio no âmbito do respectivo curso;
 - j) Identificar as necessidades de serviço docente do curso e comunicá-las à Direcção;
 - k) Integrar o GAIVA – *Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Activa*, e promover uma relação próxima com os antigos alunos, através de metodologias de apoio à inserção na vida activa e de formação ao longo da vida.
3. Elaborar anualmente um relatório síntese das actividades do curso. Esse relatório deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos de informação:

- a) Número de estudantes que ingressaram;
 - b) Número de estudantes que concluíram o curso;
 - c) Número de estudantes inscritos;
 - d) Número de estudantes em abandono;
 - e) Distribuição das classificações nas unidades curriculares do curso;
 - f) Distribuição do número de créditos ECTS aprovados por estudante;
 - g) Distribuição das classificações finais;
 - h) Distribuição dos tempos necessários para conclusão do curso;
 - i) Resultados dos inquéritos realizados a estudantes e docentes, nomeadamente acerca da qualidade do ensino e de aferição do número de horas de trabalho por unidade curricular;
4. Os relatórios a que se refere o ponto anterior deverão ser remetidos ao(à) Director(a) para serem objecto de apreciação até ao dia 30 de Setembro do ano subsequente ao ano lectivo a que se reportam.
 5. O mandato do coordenador de curso é igual, em duração, ao número de semestres do curso que coordena.

Artigo 27.º – Regente de Unidade Curricular

O Regente de uma UC é um professor nomeado pelo(a) Director(a) a quem compete em relação à respectiva UC:

- a) Propor à aprovação do Conselho Técnico-Científico o respectivo Programa;
- b) Acompanhar o processo de Ensino-Aprendizagem no ensino presencial e a distância e zelar pelo cumprimento dos objectivos da UC;
- c) Velar pelo cumprimento dos instrumentos de avaliação previstos no programa e em conformidade com os Regulamentos;
- d) Lançar atempadamente as classificações finais nas pautas de avaliação e tratar de todos os outros assuntos relacionados com a avaliação com os Serviços Académicos;
- e) Dar parecer sobre equivalências e creditações de formações e da experiência profissional;
- f) Elaborar Relatório Final da Unidade Curricular a entregar ao Coordenador de Curso que, por sua vez, o integrará no Relatório do curso.

Artigo 28.º – Comissão de Avaliação e Qualidade do Ensino

1. Nos termos do artigo 43º dos Estatutos desta Instituição e da Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto, é instituída a avaliação da qualidade da responsabilidade, da Comissão de Avaliação e Qualidade do Ensino desta Escola que funcionará em conjugação e orientação do DOIA – *Departamento de Orientação, Inspeção e Autoavaliação*.
2. A periodicidade da avaliação é bienal, sem prejuízo de uma apreciação qualitativa anual resultante dos Relatórios dos diferentes órgãos de gestão pedagógica, designadamente, os Relatórios das Unidades Curriculares e das Coordenações de Curso.
3. O processo de avaliação da qualidade a que se refere o n.º 1 encontra-se definido no Regulamento da Comissão de Avaliação e Qualidade do Ensino da Instituição.
4. No desempenho das suas funções, a Comissão terá a seguinte constituição:
 - a) Director-Adjunto;
 - b) Coordenadores dos Cursos da Instituição;
 - c) Um Representante da Associação de Estudantes da Instituição;
 - d) Um Representante dos alunos com assento no Conselho Pedagógico;
 - e) Um Membro docente do Conselho Pedagógico;
 - f) Um Membro do Conselho Técnico-Científico.

Artigo 29.º – Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Activa (GAIVA)

1. No âmbito da responsabilidade social que é conferido às instituições do ensino superior, a lei dispõe da necessidade de se apoiar a inserção dos estudantes na vida activa. Assim, visando a prossecução desta incumbência legal que se considera de grande relevância, é criado o GAIVA – Gabinete de Apoio à inserção da Vida Activa, que terá a seguinte constituição:
 - a) Director-Adjunto que coordenará;
 - b) Coordenador de Curso;
 - c) Aluno indicado pela Associação de Estudantes.
2. São competências do GAIVA:
 - a) Proceder à recolha e divulgação de informação sobre o emprego dos diplomados da instituição, bem como sobre os seus percursos profissionais.
 - b) Promover a acessibilidade pública dessa informação assim como a sua qualidade e comparabilidade com outras Instituições.
 - c) No exercício das suas funções deverá ainda este gabinete:
 - Apoiar a participação dos estudantes na vida activa em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da actividade académica;
 - Reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de actividades profissionais em tempo parcial pela instituição aos estudantes, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da actividade académica;
 - Apoiar a inserção dos seus diplomados no mundo do trabalho.

Artigo 30.º – Acompanhamento de Serviços à Comunidade

1. Tendo em vista dar satisfação ao artigo 8.º, nº 1, alínea f) da Lei 62/2007, 10 de Setembro, que estabelece como atribuição das instituições do ensino superior a prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento, é criado um GT – *Grupo de Trabalho* com carácter permanente. O referido GT funcionará junto da direcção e terá a seguinte composição:
 - a) Director(a) da Escola que presidirá;
 - b) Coordenador do Curso a que respeita a prestação de serviços;
 - c) O GT será assessorado por secretariado, constituído por um funcionário ou docente em complemento de horário.
2. Genericamente, o Grupo de Trabalho deverá desenvolver as seguintes actividades:
 - a) Manter uma ligação privilegiada entre a Instituição e os Agrupamentos de Escolas no sentido de divulgação de ofertas formativas, junto dos respectivos docentes, associação de pais e encarregados de educação e funcionários.
 - b) A abertura da Instituição à comunidade envolvente poderá ainda permitir partilhar infra-estruturas, designadamente laboratórios, recintos desportivos, refeitório escolar e outros espaços de lazer.
 - c) A criação de parcerias com diversas entidades, quer a nível de instituições escolares, quer a nível empresarial, a realização e dinamização de projectos culturais e sociais, desportivos e de lazer, permitindo a integração e abertura da escola à comunidade e conseqüente integração no meio.
 - d) Das acções realizadas entre a instituição e a comunidade envolvente, deverá ser dado conhecimento às Autoridades Educativas (Direcções Regionais), Associações Empresariais e Autarquias e promover uma adequada publicitação e divulgação do evento junto dos órgãos de comunicação social.
 - e) A realização de cada acção implicará, naturalmente, a criação e elaboração de um dossiê com o registo das actividades e respectiva avaliação.

Artigo 31.º – Outras Normas

1. É proibido fumar nos estabelecimentos de ensino, independentemente da idade dos alunos e do grau de escolaridade, incluindo, nomeadamente, salas de aula, de estudo, de professores e de reuniões,

bibliotecas, ginásios, átrios e corredores, bares, restaurantes, cantinas, refeitórios e espaços de recreio, de acordo com disposto na Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto.

2. Os alunos são responsáveis pelos estragos que possam causar nas instalações e equipamentos da Instituição.

Artigo 32.º – Seguro de Acidente Escolar

1. Os alunos, no exercício das suas actividades escolares, estão cobertos por um seguro;
2. O seguro referido no ponto anterior abrange actividades académicas e/ou curriculares realizadas no exterior da Instituição, incluindo o percurso de ida e regresso ao local de realização da actividade, desde que estejam devidamente autorizados;
3. Em caso de ocorrência de qualquer acidente, deverão dirigir-se aos serviços administrativos para participar o mesmo.

Artigo 33.º – Acção Social Escolar e outros Apoios Educativos

1. A acção social escolar e outros apoios educativos a todas as instituições do ensino superior, públicas e privadas, cabe ao Estado, sem prejuízo de esta instituição disponibilizar para além disso, um conjunto de apoios de algum significado conforme se indicam no ponto 5.
2. Nos termos do art. 20.º da Lei n.º 62/2007, 10 de Setembro e na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de acção social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar. Assim, e de acordo com o n.º 2, do art. 20.º, do diploma legal em apreço, a acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira, quer frequentem instituições públicas ou privadas.
3. Assim, no âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios directos e indirectos geridos de forma flexível e descentralizada, nas seguintes modalidades:
 - 3.1. De apoio **social directo**:
 - a) Bolsas de estudo;
 - b) Auxílio de emergência.
 - 3.2. De apoio **social indirecto**:
 - i. Acesso à alimentação e ao alojamento;
 - ii. Acesso a serviços de saúde;
 - iii. Apoio a actividades culturais e desportivas;
 - iv. Acesso a outros apoios educativos.
4. Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:
 - a) A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;
 - b) A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;
 - c) A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.
5. Apoios e serviços facultados pela instituição
 - Biblioteca
 - Reprografia e Papelaria
 - Livraria onde podem ser adquiridas obras da Editorial Piaget com um desconto de 50% sobre o valor de capa
 - Refeitório onde são servidas refeições de ementa variada e custo reduzido
 - Bar
 - Residencial.

Artigo 34.º – Alterações ao Presente Regulamento no corrente Ano Lectivo

Todos os assuntos que se enquadrem no âmbito das competências do Conselho Técnico-Científico e Conselho Pedagógico da Instituição poderão sofrer alterações no decurso do ano lectivo. As eventuais alterações serão comunicadas aos alunos e docentes e constarão numa Adenda efectuada ao presente regulamento.

Artigo 35.º – Dúvidas e Casos Omissos

As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão objecto de decisão do(a) Director(a) da Instituição que, para tal, poderá solicitar o parecer do Conselho Técnico-Científico e/ou Conselho Pedagógico.

Visou, Outubro de 2010



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto nº33/2002 de 3 de Outubro)

CURSO DE ENFERMAGEM
REGULAMENTO FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

O presente regulamento estabelece os princípios orientadores sobre o Regime de Frequência e de Avaliação de todas as unidades curriculares e actividades que integram o Plano de Estudos do Curso de Enfermagem ministrado nesta Instituição, adiante designada por ESS, e de frequência ou realização obrigatória e objecto de avaliação.

ARTIGO 1.º – ÂMBITO

A Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu, adiante designada por ESS, reconhecida pelo Decreto n.º33/2002, de 3 de Outubro, é um estabelecimento de Ensino Politécnico e faz parte do Campus Universitário de Viseu de que é entidade titular o Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL, com os seus Estatutos publicados na IIIª Série do Diário da República, n.º 225, de 28/09/2000.

ARTIGO 2.º – OBJECTO

O presente Regulamento de Frequência e Avaliação aplica-se ao curso de Licenciatura em Enfermagem, Despacho nº18755-N/2007, Despacho nº6815/2009, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, regulando nos termos do artigo 14º, as seguintes matérias:

- a) Estrutura curricular plano de estudos e créditos;
- b) Tipologia da Unidade Curricular;
- c) Regime de avaliação de conhecimentos;
- d) Regime de precedências;
- e) Coeficiente de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final.

ARTIGO 3.º – ESTRUTURA CURRICULAR, PLANO DE ESTUDOS E CRÉDITOS

1. O Ciclo de Estudos conducente ao grau académico de licenciatura tem 240 créditos e uma duração normal de 8 semestres curriculares de trabalho, correspondendo 30 créditos a cada semestre;
2. O Plano de Estudos do curso, sua estrutura curricular e respectiva distribuição de créditos encontra-se em documento anexo ao presente Regulamento.
3. A atribuição e distribuição de créditos tiveram por base os seguintes critérios:
 - a) Os créditos atribuídos a cada unidade curricular seguem as normas específicas constantes do *European Credit Transfer System* e o enquadramento que lhe é dado pelo Decreto-Lei n.º 42/2005, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, assim como, pelo que está definido no *ECTS User's Guide – European Credit Transfer and Accumulation System and the Diploma Supplement*.
 - b) Deste modo, no cálculo dos créditos é tida em consideração a nova concepção de formação, onde o estudante desempenha um papel central na organização das diferentes unidades curriculares e as metodologias de ensino consideradas mais adequadas à aquisição das diferentes competências anteriormente assinaladas, as quais consideram a globalidade do trabalho de formação do aluno, incluindo as horas de contacto, as horas de projecto, de trabalho de campo e estágio, o tempo dedicado às avaliações e o estudo individual
 - c) Os valores atribuídos a cada unidade curricular reflectem a importância relativa de cada unidade curricular no contexto global das competências exigidas à formação.

ARTIGO 4.º - TIPOLOGIA DA UNIDADE CURRICULAR

1. A componente lectiva do ensino processa-se através de aulas **teóricas, práticas, laboratoriais e tutoriais** cuja carga horária se encontra definida no Plano de Estudos do curso a que respeitam.
2. **Aulas Teóricas:**
 - 2.1. As aulas teóricas são ministradas pelos professores responsáveis das disciplinas, ou por alguém por eles proposto ao(à) Director(a) de entre docentes com reconhecida competência pedagógica e científica.
 - 2.2. Estas aulas consistem na exposição magistral dos conteúdos programáticos da UC e no fornecimento de informação sistematizada relativamente aos aspectos mais pertinentes e actuais da respectiva área de conhecimentos.
 - 2.3. Os docentes devem elaborar os respectivos sumários das matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos no prazo de 48 horas
3. **Aulas Práticas**
 - 3.1. As aulas práticas são ministradas por docentes. Nos casos previstos pela legislação em vigor, essas aulas poderão ser eventualmente asseguradas por investigadores, monitores e bolsiros sob a tutela e na presença dos responsáveis das aulas práticas.
 - 3.2. De acordo com a índole da UC, poderão consistir na resolução e discussão de problemas, na realização e apresentação de trabalhos monográficos ou de investigação, em visitas de estudo e outras formas de transmissão de conhecimentos e aquisição de competências adequados aos objectivos da disciplina.
 - 3.3. De igual forma, os docentes devem elaborar os sumários correspondentes às matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos por introdução no sistema informático, no prazo de 48 horas.
4. **Aulas Laboratoriais**
 - 4.1. As aulas laboratoriais são ministradas por docentes. Nos casos previstos pela legislação em vigor, essas aulas poderão ser eventualmente asseguradas por investigadores, monitores e bolsiros sob a tutela e na presença dos responsáveis das aulas laboratoriais.
 - 4.2. Destinam-se a promover nos alunos a aquisição e o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam o desempenho de técnicas laboratoriais e a análise dos resultados e a promover a integração do saber e do saber-fazer através da interligação entre os conhecimentos teóricos e a vivência experimental.
 - 4.3. Também aqui os docentes devem elaborar os sumários correspondentes às matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos no prazo de 48 horas.
5. **Aulas Tutoriais**
 - 5.1. As aulas tutoriais consistem no apoio e acompanhamento aos alunos por parte do professor, segundo os seguintes princípios orientadores:
 - a) Em temáticas científico-pedagógicas de interesse para a unidade curricular, destinando-se a desenvolver capacidades e competências dos estudantes;
 - b) A orientação tutorial é realizada em sala de aula, em grupos restritos de alunos, com horário fixo e registo de sumário.

ARTIGO 5.º – REGIME DE PRECEDÊNCIAS

O acesso a determinadas unidade(s) curricular(es) está condicionado à realização com aproveitamento em conformidade com o seguinte:

1. Acesso às unidades curriculares de Ensino Clínico ao curso de Enfermagem:

Para realizar:	Ano	Unidades curriculares estruturantes	Ano
EC: Fundamentos de Enfermagem	2º ano (1º sem.)	- Fundamentos de Enfermagem I	1º ano (1º sem.)
		- Fundamentos de Enfermagem II	1º ano (2º sem.)
EC: Cuidados de Saúde Primários	2º ano (2º sem.)	- EC: Fundamentos de Enfermagem	2º ano (1º sem.)
		- Fundamentos de Enfermagem III	
		- Enfermagem nos Cuidados de Saúde Primários e Ciclos de Vida I	
EC: Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades	3º ano (2º sem.)	- EC: Cuidados de Saúde Primários	2º ano (2º sem.)
		- Enfermagem nos Cuidados de Saúde Primários e Ciclos de Vida II	
		- Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades I	3º ano (1º sem.)
EC: Enfermagem Pediátrica	4º ano (1º sem.)	- EC: Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades	3º ano (2º sem.)
		- Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades II	
EC: Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	4º ano (1º sem.)	- EC: Enfermagem Médico-cirúrgica e de Especialidades	3º ano (2º sem.)
EC: Integração na Vida Profissional	4º ano (2º sem.)	- EC: Enfermagem Pediátrica - EC: Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	4º ano (1º sem.)

ARTIGO 6.º – AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

1. Objectivos da Avaliação

A avaliação dos alunos visa apurar o aproveitamento quanto:

- a) À evolução de conhecimentos.
- b) Às capacidades de pensamento (crítico, criativo, metacognitivo e de resolução de problemas).
- c) À capacidade de comunicação.
- d) À preparação para o exercício da actividade profissional correspondente.
- e) À aptidão para a investigação e apreciação crítica das matérias.

2. Tipos de Avaliação

A avaliação dos estudantes inclui:

- a) A avaliação específica em cada uma das unidades curriculares integrantes do Plano de Estudos do curso. Esta avaliação obtém-se por prova de frequência, trabalhos individuais ou de grupo e/ou exame final, nos termos estabelecidos nos números 3 a 5, deste artigo;
 - b) A avaliação do desenvolvimento de unidades curriculares, tais como: Ensino Clínico, Monografia, Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio, tendo em conta os objectivos definidos. Esta avaliação segue o prescrito nos respectivos Programas/Regulamentos.
- 2.1. Todo o processo de avaliação previsto no programa da unidade curricular, incluindo o exame da Época Normal, deve ser realizado dentro da carga horária da unidade curricular.

3. Avaliação por Frequência

- a) A avaliação por frequência proporciona informação relevante sobre todo o processo de ensino/aprendizagem, com base na utilização de diferentes técnicas de avaliação e, dentro destas, de vários instrumentos;
- b) A avaliação por frequência refere-se sempre a aprendizagens individuais e de natureza progressiva e construtivista, considerando como tal que a avaliação dos conteúdos em cada frequência obriga à inclusão de conteúdos anteriores, contemplando ainda dados da observação dos alunos nos trabalhos de aula, não excluindo os resultados obtidos em provas/trabalhos escritos e/ou práticos e orais de acordo com a especificidade da unidade curricular;
- c) A avaliação é feita consoante a natureza e os objectivos da(s) unidade(s) curricular(es), e o processo de avaliação adoptado nos termos das alíneas que se seguem, e constante do respectivo programa, devendo ser comunicado aos alunos no **início da leccionação da unidade curricular**;
- d) Consoante a natureza da unidade curricular os modos de avaliação poderão ser:
 1. Prova(s) de frequência complementada(s) por trabalho(s) escrito(s) e/ou prático(s) individuais ou em grupo;
 2. Prova(s) de frequência complementada(s) por trabalho(s) escrito(s) e/ou prático(s) individuais ou em grupo e/ou assiduidade;
 3. Prova(s) de frequência complementada(s) por provas orais/práticas;
 4. Somente Prova(s) de frequência, trabalhos práticos (realizados na aula);
 5. Apresentação de relatório final e/ou defesa oral da Monografia, Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio.

3.1. Prova de Frequência, Trabalhos Individuais e de Grupo:

- a) É obrigatória a realização de pelo menos uma prova de frequência por unidade curricular;
- b) Os enunciados das provas escritas devem ser elaborados em processador de texto, sendo explicitada a cotação máxima a atribuir a cada uma das questões ou grupo de questões;
- c) Os trabalhos práticos referem-se a trabalhos executados durante os tempos lectivos e são considerados trabalhos escritos, todos os realizados fora dos tempos lectivos.

3.2. Classificação das provas de frequência, de trabalhos individuais e de grupo:

- a) A classificação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, a partir da informação proporcionada pela avaliação e serve de base à tomada de decisão sobre a aprovação dos estudantes nas várias unidades curriculares do Plano de Estudos. O estudante só é considerado aprovado a uma determinada unidade curricular quando a classificação obtida for igual ou superior a 10 valores;
- b) Aos trabalhos individuais ou de grupo não pode ser atribuído um peso superior a 50% e 40%, respectivamente, da avaliação da unidade curricular.
- c) Os estudantes que obtiverem aprovação no processo de avaliação por frequência ficam dispensados de Exame Final;
- d) A classificação final será o resultado da progressão do estudante ao longo da unidade curricular e resultante da ponderação das classificações obtidas nos diferentes trabalhos realizados;
- e) Nas unidades curriculares constituídas por áreas de formação diferenciadas, definidas em Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, o estudante está obrigado, para aprovação/realização da referida unidade, obter nota positiva (9,5 valores) em cada uma das áreas. A classificação final é o resultado da ponderação das classificações das notas obtidas em cada uma dessas áreas;
- f) Nas unidades curriculares leccionadas por componentes, definidas em Conselho Pedagógico, a classificação final é o resultado da ponderação das classificações das diferentes componentes, considerando-se aprovado o aluno que tenha obtido cumulativamente:

1. No conjunto das componentes a média positiva;
 2. Na maioria das componentes nota positiva;
 3. E que em nenhuma das componentes tenha nota inferior a 8 valores.
- g) Os estudantes que não obtiverem aprovação no processo de avaliação por frequência deverão apresentar-se a exame de acordo com o Calendário de Exames, à excepção das unidades curriculares de Ensino Clínico, Monografia, Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio Pessoal que não são avaliadas por exame;
- h) Apenas as classificações finais são sempre arredondadas às unidades, por excesso quando o seu valor decimal for igual ou superior a 0,5 e por defeito no caso contrário, sendo todas as outras classificações consideradas pelo seu valor não arredondado, à excepção da Monografia que deverá ser apresentada até às centésimas.
- i) À assiduidade não pode ser atribuído um peso superior a 10% da avaliação da unidade curricular.

3.3. Publicitação das classificações das provas de frequência, de trabalhos individuais e de grupo:

- a) Os prazos de divulgação dos resultados das avaliações por parte dos docentes não poderão ultrapassar os 15 dias e deverão ter em conta os períodos de inscrição para exame, de forma a permitir aos estudantes, caso seja necessário, a inscrição atempada nos exames das unidades curriculares em questão;
- b) Os alunos têm o direito de consultar as provas de frequência e a respectiva correcção, pelo menos 2 dias úteis antes da realização da prova de frequência seguinte ou do exame da unidade curricular. O horário da consulta deve ser afixado juntamente com os respectivos resultados. A correcção deve ser disponibilizada nesse horário, de forma escrita ou oral, sendo neste último caso indispensável a presença do (s) docente (s) envolvido (s).
- c) Nas situações em que a classificação da unidade curricular Monografia suscite dúvidas podem vir a ser sujeitas a um júri de avaliação, constituído para o efeito, composto pelo Coordenador das Monografias, pelo docente orientador e por um docente da área científica do tema da Monografia.

4. Avaliação de Unidades Curriculares em linha

Em conformidade com o artigo 13º do Regulamento Geral, o processo de avaliação destas unidades curriculares, desenvolve-se conforme as disposições seguintes:

4.1. Processo de avaliação dos estudantes

A avaliação das aprendizagens realizadas por cada estudante, como garante da qualidade da formação, deve ser efectuada tendo por referência os objectivos globais e específicos do curso e das Unidades Curriculares que o compõem, pelo que a forma e os instrumentos de avaliação a utilizar devem ser adequados àqueles. A avaliação das aprendizagens individuais deve contemplar diferentes momentos e tipos de avaliação que facilitem a aferição das competências ao longo e no final do curso.

a) Regime de Avaliação numa Unidade Curricular em linha

A avaliação assume o regime de avaliação por tarefas. Os estudantes que não optem por esta modalidade de avaliação deverão realizar um exame final presencial. A opção pelo regime de avaliação (por tarefas ou final) será feita pelo estudante até ao final do 1.º mês, não podendo ser alterada no decurso do semestre.

Os estudantes que optem pela realização do exame final terão acesso a todas as actividades disponibilizadas ao longo do percurso de aprendizagem.

Por sua vez, os estudantes que optem pela modalidade de avaliação por tarefas terão de elaborar ao longo do semestre pequenos trabalhos (tarefas) e uma prova ou trabalho final com apresentação presencial.

Neste sistema, a classificação final da unidade corresponde ao somatório das classificações obtidas em cada tarefa e na prova/trabalho final.

Para concluir a unidade curricular com aproveitamento o estudante terá que, simultaneamente:

- realizar as tarefas sugeridas pelo docente (50%);
- ter avaliação positiva na prova/trabalho final (50%).

O trabalho (ou prova) final deverá ser integrador das várias tarefas realizadas ao longo da UC. É função do docente ajustar o que é solicitado ao estudante nessas tarefas de forma que não requeiram um investimento de tal forma excessivo que possa, eventualmente, desvalorizar o trabalho final.

A apresentação presencial é a garantia de que os estudantes responde pelas tarefas que realizou e apresentou ao longo da UC e, também, a prova de que desenvolveu as competências definidas nessa UC.

A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores.

b) Avaliação institucional

A Instituição, através da Comissão da Avaliação e Qualidade de Ensino, desenvolverá mecanismos de recolha e tratamento dos resultados da formação proposta, que incidem sobre a estrutura do programa, a metodologia utilizada, o desempenho dos estudantes, o modelo organizativo da acção e os recursos técnicos, humanos e materiais.

c) Assiduidade

Embora baseado na autonomia e responsabilidade pessoal, as Unidades Curriculares *online* também requerem assiduidade por parte do estudante no cumprimento de prazos e no contributo e participação em algumas actividades.

Na medida em que a formação é (quase) exclusivamente *online*, a assiduidade medir-se-á pela concretização de tarefas. Cada tarefa pretende promover competências específicas que só podem ser aferidas neste contexto. Assim, a concretização de cada tarefa é assumida como uma presença e a não concretização de uma tarefa é considerada como equivalente a uma ausência.

Para poder concluir a unidade curricular por frequência o estudante terá de cumprir com, pelo menos, 70% das tarefas propostas pelo docente.

5. Avaliação por Exame Final

- a) O acesso a exame fica condicionado a uma inscrição, a ser efectuada na Secretaria-geral dentro dos prazos estipulados;
- b) Não é permitida a anulação da inscrição, excepto em situação de internamento hospitalar, nojo, parto ou outra situação excepcional a analisar pelo(a) Director(a);
- c) Se as classificações finais de uma unidade curricular não forem divulgadas durante ou após o período fixado para a inscrição, os alunos têm 2 dias úteis, após a afixação das pautas, para se inscreverem no respectivo exame, caso este ainda se não tenha realizado;
- d) O estudante só pode fazer exame mediante apresentação do Bilhete de Identidade ou de outro documento oficial identificativo;
- e) O estudante que se inscreve no exame de uma unidade curricular em atraso será avaliado pelo actual professor titular da respectiva unidade curricular de acordo com o programa em vigor no ano lectivo em curso;
- f) Numa unidade curricular constituída por diversas componentes ou áreas de formação o exame incidirá sobre os conteúdos específicos da componente em que obteve classificação inferior a 10 valores;
- g) Na realização da(s) componente(s) ou áreas de formação em atraso, prevista na alínea anterior, o aluno aprovado a uma ou mais componentes ou áreas de formação dispõe de mais um ano lectivo (a partir da data em que foi afixada a pauta da(s) componente(s) ou áreas de formação aprovada(s)) para realizar exame à(s) componente(s) ou às áreas de formação em falta, findo este período, o aluno terá que realizar exame à totalidade da unidade curricular;
- h) A realização de exames fica condicionada ao seguinte, sem prejuízo dos casos previstos no artigo 18º do Regulamento Geral:

1. O exame de unidades curriculares semestrais que tenham sido leccionadas no 1º Semestre, do ano lectivo em curso, só pode ser realizado na época normal ou na época de recurso;
 2. O exame de unidades curriculares semestrais que tenham sido leccionadas no 2º Semestre, do ano lectivo em curso, só pode ser realizado na época normal ou na época de recurso;
 3. É dada a possibilidade de realizar exames na Época Especial nas situações contempladas no artigo 18.º do Regulamento Geral e aos alunos finalistas – alunos que no ano lectivo a que corresponde a referida Época, estiveram matriculados nas últimas unidades curriculares que lhes faltavam para concluírem o curso.
- i) Nas unidades curriculares em que se encontre previsto, nos seus respectivos programas, que o exame se subdivide em escrita e/ou oral e/ou prática, estes últimos serão efectuados perante um Júri, constituído pelo professor da unidade curricular e mais um docente da área científica do curso nomeado pelo(a) Director(a);
 1. O acesso ao exame oral e/ou prático está condicionado à obtenção de um resultado superior ou igual a 8 valores no exame escrito;
 2. A classificação final do exame será decidida pelo Júri do exame oral e/ou prático, tendo em conta os resultados obtidos nos dois exames;
 - j) Nas unidades curriculares de índole prática, teórico/prática e laboratorial, as modalidades dos exames serão determinadas pelo regente da unidade curricular, de acordo com a especificidade e objectivos da unidade curricular e devem constar dos programas das respectivas unidades curriculares;
 - k) O docente deverá explicitar aos alunos logo no primeiro dia de aulas o tipo e a duração dos exames previstos para a sua unidade curricular informação esta que deverá constar no Programa da unidade curricular;
 - l) As provas escritas de exame têm a duração máxima de 120 minutos.
 - m) As provas orais e práticas terão a duração adequada a cada uma das situações.
 - n) A classificação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores;
 - o) A classificação final da unidade curricular é sempre arredondada à unidade, seguindo os mesmos critérios definidos na al. h), do ponto 3.2.

6. Reclamações

Os estudantes podem reclamar da classificação dos provas de frequência, exame final e exame de recurso, no prazo de 15 dias contados desde a data da afixação da pauta, para o(s) docente(s) da unidade curricular, caso se verifique:

- a) Omissão na atribuição de classificação a alguma questão;
- b) Erros de cálculo na soma das classificações atribuídas às diferentes questões;
- c) Erros de transcrição para a pauta da classificação resultante da soma das classificações atribuídas às diferentes questões;
- d) Outros vícios de forma.

ARTIGO 7.º – MELHORIA DE CLASSIFICAÇÕES

1. Só é possível requerer um exame de melhoria de classificação, por unidade curricular;
2. Considerando a especificidade das unidades curriculares: Trabalho de Campo Antropológico, Portfólio Pessoal e da Monografia só poderá haver Melhoria de Classificações mediante autorização do(a) Director(a). Para o efeito, o (a) aluno(a) deverá dirigir o pedido, devidamente fundamentado, a este órgão durante o ano lectivo seguinte à conclusão da unidade curricular;
3. Exceptua-se do ponto anterior a unidade curricular do Ensino Clínico, à qual, pela sua especificidade, não é possível melhoria de classificação;
4. Os alunos poderão requerer exame para efeitos de melhoria de classificação, observando os procedimentos administrativos previstos para o efeito;
5. O pedido de melhoria de classificação está sujeito ao pagamento da taxa em vigor;

6. O exame para melhoria de classificação a uma determinada unidade curricular poderá ser solicitado nas épocas de recurso e especiais previstas no Calendário de Exames do ano lectivo em curso para esse tipo de unidade curricular;
7. O exame para melhoria de classificação deverá ser feito de acordo com o programa em vigor no ano lectivo em que é requerido;
8. Nas unidades curriculares constituídas por duas ou mais componentes o aluno se desejar, poderá requerer melhoria de classificação a uma das componentes depois de concluída a unidade curricular;
9. Caso o aluno obtenha uma nota inferior à nota já obtida na unidade curricular, considera-se como nota final, sempre, a classificação mais elevada;
10. Para os alunos que terminaram o seu curso, é dada a possibilidade de realizarem melhoria de notas em qualquer das Épocas de Exame previstas no Calendário Escolar do ano lectivo seguinte à conclusão do curso, após deferimento favorável do(a) Director(a).

ARTIGO 8.º – RECURSOS

1. Apenas as avaliações de exames são passíveis de recurso;
2. Após afixação dos resultados das avaliações, o aluno, se o desejar, dispõe de 5 dias úteis para apresentar ao(a) Director(a) da Instituição o pedido de recurso por escrito, devidamente fundamentado, pedindo uma revisão de prova mediante o pagamento da taxa em vigor;
3. O exercício do recurso previsto no número anterior só deverá ter lugar após reunião de esclarecimento com o docente da unidade curricular;
4. A revisão de prova será feita por um júri nomeado pelo(a) Director(a) constituído para o efeito por, no mínimo, três docentes, sendo que, pelo menos dois deverão ter formação na mesma área científica da unidade curricular a que foi pedido o recurso;
§ Em caso algum fará parte do júri o(s) próprio(s) docente(s) da unidade curricular.
5. Em nenhuma circunstância os efeitos do recurso podem constituir uma penalização para o aluno, prevalecendo sempre a nota mais elevada;
6. Das deliberações tomadas pelo júri não há lugar a recurso.

ARTIGO 9.º – COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. A classificação final do curso é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho;
2. Os coeficientes de ponderação a considerar no cálculo da classificação final do curso, correspondem aos créditos atribuídos a cada uma das unidades curriculares do curso e constantes no respectivo plano de estudos (em anexo), que se traduz pela seguinte formulação matemática:

$$CF = \frac{\sum_{i=1}^{nd} cl_i \times uc_i}{\sum_{i=1}^{nd} uc_i}$$

onde:

- CF: é a classificação final do curso;
- cl_i : é a classificação final da i ésima unidade curricular;
- nd: o número total de unidades curriculares da licenciatura;
- uc_i : corresponde ao número de créditos da i ésima unidade curricular constante no respectivo Plano de Estudos.

ARTIGO 10.º – ESCALA EUROPEIA DE COMPARABILIDADE DE CLASSIFICAÇÕES FINAIS

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, que aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior, a Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações para os resultados de aprovado é constituída por cinco classes, identificadas pelas letras A a E.

Entre o intervalo [10, 20] da escala numérica inteira de 0 a 20 e a escala europeia de comparabilidade de classificações, adopta-se a seguinte correspondência:

- A – para as classificações finais pertencendo a classe [p, 20], sendo p a classificação final mínima que permite abranger, neste intervalo, 10% dos alunos com as melhores classificações finais;
- B – para as classificações finais pertencendo a classe [q, p [, sendo q a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [q, 20], 35% dos alunos com as melhores classificações finais;
- C – para as classificações finais pertencendo a classe [r, q [, sendo r a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [r, 20], 65% dos alunos com as melhores classificações finais;
- D – para as classificações finais pertencendo a classe [s, r [, sendo s a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [s, 20], 90% dos alunos com as melhores classificações finais;
- E – para as classificações finais pertencendo a classe [10, s [, as restantes classificações finais.

São princípios da aplicação da correspondência às classificações finais do curso:

- a) Considerar, para efeitos de determinação das cinco classes (de A a E) da escala europeia de comparabilidade de classificações, a distribuição das classificações finais dos alunos diplomados no conjunto de, pelo menos, os três anos mais recentes, e num total de, pelo menos, 100 diplomados.
- b) Enquanto não se atingir uma dimensão de 100 diplomados, não sendo assim possível aplicar a escala europeia de comparabilidade de classificações (de A a E), esta escala é substituída pela menção do número de ordem de classificação do diploma no ano lectivo em causa e do número de diplomados aprovados nesse ano.

ARTIGO 11.º – NORMAS FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. O professor é competente para garantir o rigor das avaliações na sala de aula consubstanciado na organização da sala, controlo da identidade dos alunos, anulação de provas em caso de fraude, afastamento de elementos perturbadores e outras situações eventuais no domínio disciplinar.
2. Faltas
 - a) A falta a um exame final a determinada unidade curricular implica a não aprovação do aluno nessa unidade curricular;
 - b) É considerada falta a uma prova de frequência ou exame final, a não comparência do aluno, no local onde a prova se realiza, no dia e hora marcada;
 - c) Em situações de internamento hospitalar não prolongado, nojo, ou outra situação excepcional a decidir pelo(a) Director(a), é possível ao aluno requerer a marcação de uma nova data de avaliação, devendo o requerimento ser feito no prazo máximo de 5 dias úteis após o término do impedimento e não ultrapassando nunca 15 dias úteis sobre a data marcada para a realização da referida avaliação.
3. Fraudes
 - a) A fraude cometida na realização de uma prova implica a anulação da mesma;
 - b) Se no decurso da realização da prova ou posteriormente, se verificarem factos que, com segurança, levantem a suspeita de um aluno ter utilizado elementos não permitidos para o efeito ou ter copiado a prova apresentada, a mesma ser-lhe-á anulada, o mesmo sucedendo à do cúmplice, se o houver.

ARTIGO 12.º – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO

1. Todos os assuntos que se enquadrem no âmbito da competência dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico da Instituição poderão sofrer modificações ao longo do ano lectivo.
2. Estas eventuais alterações serão atempadamente comunicadas aos alunos e docentes.

ARTIGO 13.º – DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão objecto de decisão do(a) Director(a) da ESS que, para tal, poderá solicitar o parecer do Conselho Técnico-Científico, e/ou do Conselho Pedagógico e/ou do Conselho Consultivo.

Viseu, Outubro de 2010



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto n.º33/2002 de 3 de Outubro)

CURSO DE FISIOTERAPIA
REGULAMENTO FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

O presente regulamento estabelece os princípios orientadores sobre o Regime de Frequência e de Avaliação de todas as unidades curriculares e actividades que integram o Plano de Estudos do Curso de Fisioterapia ministrado nesta Instituição, adiante designada por ESS, e de frequência ou realização obrigatória e objecto de avaliação.

ARTIGO 1.º – ÂMBITO

A Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu, adiante designada por ESS, reconhecida pelo Decreto n.º33/2002, de 3 de Outubro, é um estabelecimento de Ensino Politécnico e faz parte do Campus Universitário de Viseu de que é entidade titular o Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL, com os seus Estatutos publicados na IIIª Série do Diário da República, n.º 225, de 28/09/2000.

ARTIGO 2.º – OBJECTO

O presente Regulamento de Frequência e Avaliação aplica-se ao curso de Licenciatura em Fisioterapia, Despacho n.º 17883/2009, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, regulando nos termos do artigo 14.º, as seguintes matérias:

- a) Estrutura curricular plano de estudos e créditos;
- b) Tipologia da Unidade Curricular;
- c) Regime de avaliação de conhecimentos;
- d) Regime de precedências;
- e) Coeficiente de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final.

ARTIGO 3.º – ESTRUTURA CURRICULAR, PLANO DE ESTUDOS E CRÉDITOS

1. O Ciclo de Estudos conducente ao grau académico de licenciatura tem 240 créditos e uma duração normal de 8 semestres curriculares de trabalho, correspondendo 30 créditos a cada semestre;
2. O Plano de Estudos do Curso, sua estrutura curricular e respectiva distribuição de créditos encontra-se em documento anexo ao presente Regulamento.
3. A atribuição e distribuição de créditos tiveram por base os seguintes critérios:
 - a) Os créditos atribuídos a cada unidade curricular seguem as normas específicas constantes do *European Credit Transfer System* e o enquadramento que lhe é dado pelo Decreto-Lei n.º 42/2005, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, assim como, pelo que está definido no *ECTS User's Guide – European Credit Transfer and Accumulation System and the Diploma Supplement*.
 - b) Deste modo, no cálculo dos créditos é tida em consideração a nova concepção de formação, onde o estudante desempenha um papel central na organização das diferentes unidades curriculares e as metodologias de ensino consideradas mais adequadas à aquisição das diferentes competências anteriormente assinaladas, as quais consideram a globalidade do trabalho de formação do aluno, incluindo as horas de contacto, as horas de projecto, de trabalho de campo e estágio, o tempo dedicado às avaliações e o estudo individual.
 - c) Os valores atribuídos a cada unidade curricular reflectem a importância relativa de cada unidade curricular no contexto global das competências exigidas à formação.

ARTIGO 4.º - TIPOLOGIA DA UNIDADE CURRICULAR

1. A componente lectiva do ensino processa-se através de aulas **teóricas, práticas, laboratoriais e tutoriais** cuja carga horária se encontra definida no Plano de Estudos do curso a que respeitam.
2. **Aulas Teóricas:**
 - 2.1. As aulas teóricas são ministradas pelos professores responsáveis das disciplinas, ou por alguém por eles proposto ao(à) Director(a) de entre docentes com reconhecida competência pedagógica e científica.
 - 2.2. Estas aulas consistem na exposição magistral dos conteúdos programáticos da UC e no fornecimento de informação sistematizada relativamente aos aspectos mais pertinentes e actuais da respectiva área de conhecimentos.
 - 2.3. Os docentes devem elaborar os respectivos sumários das matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos no prazo de 48 horas
3. **Aulas Práticas**
 - 3.1. As aulas práticas são ministradas por docentes. Nos casos previstos pela legislação em vigor, essas aulas poderão ser eventualmente asseguradas por investigadores, monitores e bolsiros sob a tutela e na presença dos responsáveis das aulas práticas.
 - 3.2. De acordo com a índole da UC, poderão consistir na resolução e discussão de problemas, na realização e apresentação de trabalhos monográficos ou de investigação, em visitas de estudo e outras formas de transmissão de conhecimentos e aquisição de competências adequados aos objectivos da disciplina.
 - 3.3. De igual forma, os docentes devem elaborar os sumários correspondentes às matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos por introdução no sistema informático, no prazo de 48 horas.
4. **Aulas Laboratoriais**
 - 4.1. As aulas laboratoriais são ministradas por docentes. Nos casos previstos pela legislação em vigor, essas aulas poderão ser eventualmente asseguradas por investigadores, monitores e bolsiros sob a tutela e na presença dos responsáveis das aulas laboratoriais.
 - 4.2. Destinam-se a promover nos alunos a aquisição e o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam o desempenho de técnicas laboratoriais e a análise dos resultados e a promover a integração do saber e do saber-fazer através da interligação entre os conhecimentos teóricos e a vivência experimental.
 - 4.3. Também aqui os docentes devem elaborar os sumários correspondentes às matérias efectivamente leccionadas e torná-los públicos no prazo de 48 horas.
5. **Aulas Tutoriais**
 - 5.1. As aulas tutoriais consistem no apoio e acompanhamento aos alunos por parte do professor, segundo os seguintes princípios orientadores:
 - a) Em temáticas científico-pedagógicas de interesse para a unidade curricular, destinando-se a desenvolver capacidades e competências dos estudantes;
 - b) A orientação tutorial é realizada em sala de aula, em grupos restritos de alunos, com horário fixo e registo de sumário.

ARTIGO 5.º – REGIME DE PRECEDÊNCIAS

O acesso a determinadas unidade(s) curricular(es) está condicionado à realização com aproveitamento em conformidade com o seguinte:

1. Acesso às unidades curriculares de Ensino Clínico no curso de Fisioterapia

Para realizar	Unidades curriculares estruturantes	Semestre
Estágio de Integração	Métodos e Técnicas de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia I	2º
	Métodos e Técnicas de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia II	3º
Estágio em Fisioterapia I	Fisioterapia Aplicada a Condições Ortopédicas e Traumatológicas	
	Métodos e Técnicas de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia III	
	Fisioterapia Aplicada a Condições Neurológicas	
Estágio em Fisioterapia II	Métodos e Técnicas de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia IV	6º
	Fisioterapia Aplicada a Condições Cardiorespiratórias I	
	Métodos e Técnicas de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia V	7º
	Fisioterapia Aplicada a Condições Cardiorespiratórias II	

ARTIGO 6.º – AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS**1. Objectivos da Avaliação**

A avaliação dos alunos visa apurar o aproveitamento quanto:

- À evolução de conhecimentos.
- Às capacidades de pensamento (crítico, criativo, metacognitivo e de resolução de problemas).
- À capacidade de comunicação.
- À preparação para o exercício da actividade profissional correspondente.
- À aptidão para a investigação e apreciação crítica das matérias.

2. Tipos de Avaliação

A avaliação dos estudantes inclui:

- A avaliação específica em cada uma das unidades curriculares integrantes do Plano de Estudos do Curso. Esta avaliação obtém-se por prova de frequência, trabalhos individuais ou de grupo e/ou exame final, nos termos estabelecidos nos números 3 a 5, deste artigo;
- A avaliação do desenvolvimento de unidades curriculares, tais como: Estágio, Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio Pessoal, tendo em conta os objectivos definidos. Esta avaliação segue o prescrito nos respectivos Programas/Regulamentos.

2.1. Todo o processo de avaliação previsto no programa da unidade curricular, incluindo o exame da Época Normal, deve ser realizado dentro da carga horária da unidade curricular.

3. Avaliação por Frequência

- A avaliação por frequência proporciona informação relevante sobre todo o processo de ensino/aprendizagem, com base na utilização de diferentes técnicas de avaliação e, dentro destas, de vários instrumentos;
- A avaliação por frequência refere-se sempre a aprendizagens individuais e de natureza progressiva e construtivista, considerando como tal que a avaliação dos conteúdos em cada frequência obriga à inclusão de conteúdos anteriores, contemplando ainda dados da observação dos alunos nos trabalhos de aula, não excluindo os resultados obtidos em provas/trabalhos escritos e/ou práticos e orais de acordo com a especificidade da unidade curricular;
- A avaliação é feita consoante a natureza e os objectivos da(s) unidade(s) curricular(es), e o processo de avaliação adoptado nos termos das alíneas que se seguem, e constante do respectivo programa, devendo ser comunicado aos alunos no **início da leccionação da unidade curricular**;

d) Consoante a natureza da unidade curricular os modos de avaliação poderão ser:

1. Prova(s) de frequência complementada(s) por trabalho(s) escrito(s) e/ou prático(s) individuais ou em grupo;
2. Prova(s) de frequência complementada(s) por trabalho(s) escrito(s) e/ou prático(s) individuais ou em grupo e/ou assiduidade;
3. Prova(s) de frequência complementada(s) por provas orais/práticas;
4. Somente Prova(s) de frequência, trabalhos práticos (realizados na aula);
5. Apresentação de relatório final e defesa oral do Trabalho de Campo Antropológico e do Portfólio.

3.1. Prova de Frequência, Trabalhos Individuais e de Grupo:

- a) É obrigatória a realização de pelo menos uma prova de frequência por unidade curricular;
- b) Os enunciados das provas escritas devem ser elaborados em processador de texto, sendo explicitada a cotação máxima a atribuir a cada uma das questões ou grupo de questões;
- c) Os trabalhos práticos referem-se a trabalhos executados durante os tempos lectivos e são considerados trabalhos escritos, todos os realizados fora dos tempos lectivos.

3.2. Classificação das provas de frequência, de trabalhos individuais e de grupo:

- a) A classificação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, a partir da informação proporcionada pela avaliação e serve de base à tomada de decisão sobre a aprovação dos estudantes nas várias unidades curriculares do Plano de Estudos. O estudante só é considerado aprovado a uma determinada unidade curricular quando a classificação obtida for igual ou superior a 10 valores;
- b) Aos trabalhos individuais ou de grupo não pode ser atribuído um peso superior a 50% e 40%, respectivamente, da avaliação da unidade curricular.
- c) Os estudantes que obtiverem aprovação no processo de avaliação por frequência ficam dispensados de Exame Final;
- d) A classificação final será o resultado da progressão do estudante ao longo da unidade curricular e resultante da ponderação das classificações obtidas nos diferentes trabalhos realizados;
- e) Nas unidades curriculares constituídas por áreas de formação diferenciadas, definidas em Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, o estudante está obrigado, para aprovação/realização da referida unidade, obter nota positiva (9,5 valores) em cada uma das áreas. A classificação final é o resultado da ponderação das classificações das notas obtidas em cada uma dessas áreas;
- f) Nas unidades curriculares leccionadas por componentes, definidas em Conselho Pedagógico, a classificação final é o resultado da ponderação das classificações das diferentes componentes, considerando-se aprovado o aluno que tenha obtido cumulativamente:
 1. No conjunto das componentes a média positiva;
 2. Na maioria das componentes nota positiva;
 3. E que em nenhuma das componentes tenha nota inferior a 8 valores.
- g) Os estudantes que não obtiverem aprovação no processo de avaliação por frequência deverão apresentar-se a exame de acordo com o Calendário de Exames, à excepção das unidades curriculares de Estágio, Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio Pessoal que não são avaliadas por exame;
- h) Apenas as classificações finais são sempre arredondadas às unidades, por excesso quando o seu valor decimal for igual ou superior a 0,5 e por defeito no caso contrário, sendo todas as outras classificações consideradas pelo seu valor não arredondado.
- i) À assiduidade não pode ser atribuído um peso superior a 10% da avaliação da unidade curricular.

3.3. Publicitação das classificações das provas de frequência, de trabalhos individuais e de grupo:

- a) Os prazos de divulgação dos resultados das avaliações por parte dos docentes não poderão ultrapassar os 15 dias e deverão ter em conta os períodos de inscrição para exame, de forma a permitir aos estudantes, caso seja necessário, a inscrição atempada nos exames das unidades curriculares em questão;
- b) Os alunos têm o direito de consultar as provas de frequência e a respectiva correcção, pelo menos 2 dias úteis antes da realização da prova de frequência seguinte ou do exame da unidade curricular. O horário da consulta deve ser afixado juntamente com os respectivos resultados. A correcção deve ser disponibilizada nesse horário, de forma escrita ou oral, sendo neste último caso indispensável a presença do (s) docente (s) envolvido (s).

4. Avaliação de Unidades Curriculares em linha

Em conformidade com o artigo 13º do Regulamento Geral, o processo de avaliação destas unidades curriculares, desenvolve-se conforme as disposições seguintes:

4.1. Processo de avaliação dos estudantes

A avaliação das aprendizagens realizadas por cada estudante, como garante da qualidade da formação, deve ser efectuada tendo por referência os objectivos globais e específicos do curso e das Unidades Curriculares que o compõem, pelo que a forma e os instrumentos de avaliação a utilizar devem ser adequados àqueles. A avaliação das aprendizagens individuais deve contemplar diferentes momentos e tipos de avaliação que facilitem a aferição das competências ao longo e no final do curso.

a) Regime de Avaliação numa Unidade Curricular em linha

A avaliação assume o regime de avaliação por tarefas. Os estudantes que não optem por esta modalidade de avaliação deverão realizar um exame final presencial. A opção pelo regime de avaliação (por tarefas ou final) será feita pelo estudante até ao final do 1.º mês, não podendo ser alterada no decurso do semestre.

Os estudantes que optem pela realização do exame final terão acesso a todas as actividades disponibilizadas ao longo do percurso de aprendizagem.

Por sua vez, os estudantes que optem pela modalidade de avaliação por tarefas terão de elaborar ao longo do semestre pequenos trabalhos (tarefas) e uma prova ou trabalho final com apresentação presencial.

Neste sistema, a classificação final da unidade corresponde ao somatório das classificações obtidas em cada tarefa e na prova/trabalho final.

Para concluir a unidade curricular com aproveitamento o estudante terá que, simultaneamente:

- realizar as tarefas sugeridas pelo docente (50%);
- ter avaliação positiva na prova/trabalho final (50%).

O trabalho (ou prova) final deverá ser integrador das várias tarefas realizadas ao longo da UC. É função do docente ajustar o que é solicitado ao estudante nessas tarefas de forma que não requeiram um investimento de tal forma excessivo que possa, eventualmente, desvalorizar o trabalho final.

A apresentação presencial é a garantia de que os estudantes responde pelas tarefas que realizou e apresentou ao longo da UC e, também, a prova de que desenvolveu as competências definidas nessa UC.

A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores.

b) Avaliação institucional

A Instituição, através da Comissão da Avaliação e Qualidade do Ensino, desenvolverá mecanismos de recolha e tratamento dos resultados da formação proposta, que incidem sobre a estrutura do programa, a metodologia utilizada, o desempenho dos estudantes, o modelo organizativo da acção e os recursos técnicos, humanos e materiais.

c) Assiduidade

Embora baseado na autonomia e responsabilidade pessoal, as Unidades Curriculares *online* também requerem assiduidade por parte do estudante no cumprimento de prazos e no contributo e participação em algumas actividades.

Na medida em que a formação é (quase) exclusivamente online, a assiduidade medir-se-á pela concretização de tarefas. Cada tarefa pretende promover competências específicas que só podem ser aferidas neste contexto. Assim, a concretização de cada tarefa é assumida como uma presença e a não concretização de uma tarefa é considerada como equivalente a uma ausência.

Para poder concluir a unidade curricular por frequência o estudante terá de cumprir com, pelo menos, 70% das tarefas propostas pelo docente.

5. Avaliação por Exame Final

- a) O acesso a exame fica condicionado a uma inscrição, a ser efectuada na Secretaria-Geral dentro dos prazos estipulados;
- b) Não é permitida a anulação da inscrição, excepto em situação de internamento hospitalar, nojo, parto ou outra situação excepcional a analisar pelo(a) Director(a);
- c) Se as classificações finais de uma unidade curricular não forem divulgadas durante ou após o período fixado para a inscrição, os alunos têm 2 dias úteis, após a afixação das pautas, para se inscreverem no respectivo exame, caso este ainda se não tenha realizado;
- d) O estudante só pode fazer exame mediante apresentação do Bilhete de Identidade ou de outro documento oficial identificativo;
- e) O estudante que se inscreve no exame de uma unidade curricular em atraso será avaliado pelo actual professor titular da respectiva unidade curricular de acordo com o programa em vigor no ano lectivo em curso;
- f) Numa unidade curricular constituída por diversas componentes ou áreas de formação o exame incidirá sobre os conteúdos específicos da componente em que obteve classificação inferior a 10 valores;
- g) Na realização da(s) componente(s) ou áreas de formação em atraso, prevista na alínea anterior, o aluno aprovado a uma ou mais componentes ou áreas de formação dispõe de mais um ano lectivo (a partir da data em que foi afixada a pauta da(s) componente(s) ou áreas de formação aprovada(s)) para realizar exame à(s) componente(s) ou às áreas de formação em falta, findo este período, o aluno terá que realizar exame à totalidade da unidade curricular;
- h) A realização de exames fica condicionada ao seguinte, sem prejuízo dos casos previstos no ponto 18º do Regulamento Geral:
 1. O exame de unidades curriculares semestrais que tenham sido leccionadas no 1º Semestre, do ano lectivo em curso, só pode ser realizado na época normal ou na época de recurso;
 2. O exame de unidades curriculares semestrais que tenham sido leccionadas no 2º Semestre, do ano lectivo em curso, só pode ser realizado na época normal ou na época de recurso;
 3. É dada a possibilidade de realizar exames na Época Especial nas situações contempladas no artigo 18.º do Regulamento Geral e aos alunos finalistas – alunos que no ano lectivo a que corresponde a referida Época, estiveram matriculados nas últimas unidades curriculares que lhes faltavam para concluírem o curso.
- i) Nas unidades curriculares em que se encontre previsto, nos seus respectivos programas, que o exame se subdivide em escrita e/ou oral e/ou prática, estes últimos serão efectuados perante um Júri, constituído pelo professor da unidade curricular e mais um docente da área científica do curso nomeado pelo(a) Director(a);
 1. O acesso ao exame oral e/ou prático está condicionado à obtenção de um resultado superior ou igual a 8 valores no exame escrito;
 2. A classificação final do exame será decidida pelo Júri do exame oral e/ou prático, tendo em conta os resultados obtidos nos dois exames;

- j) Nas unidades curriculares de índole prática, teórico/prática e laboratorial, as modalidades dos exames serão determinadas pelo regente da unidade curricular, de acordo com a especificidade e objectivos da unidade curricular e devem constar dos programas das respectivas unidades curriculares;
- k) O docente deverá explicitar aos alunos logo no primeiro dia de aulas o tipo e a duração dos exames previstos para a sua unidade curricular informação esta que deverá constar no programa da unidade curricular;
- l) As provas escritas de exame têm a duração máxima de 120 minutos.
- m) As provas orais e práticas terão a duração adequada a cada uma das situações.
- n) A classificação expressa-se numa escala de 0 a 20 valores;
- o) A classificação final da unidade curricular é sempre arredondada à unidade, seguindo os mesmos critérios definidos na al. h), do ponto 3.2..

6. Reclamações

Os estudantes podem reclamar da classificação dos provas de frequência, exame final e exame de recurso, no prazo de 15 dias contados desde a data da afixação da pauta, para o(s) docente(s) da unidade curricular, caso se verifique:

- a) Omissão na atribuição de classificação a alguma questão;
- b) Erros de cálculo na soma das classificações atribuídas às diferentes questões;
- c) Erros de transcrição para a pauta da classificação resultante da soma das classificações atribuídas às diferentes questões;
- d) Outros vícios de forma.

ARTIGO 7.º – MELHORIA DE CLASSIFICAÇÕES

1. Só é possível requerer um exame de melhoria de classificação, por unidade curricular;
2. Considerando a especificidade das unidades curriculares: Trabalho de Campo Antropológico e Portfólio Pessoal só poderá haver Melhoria de Classificações mediante autorização do(a) Director(a). Para o efeito, o (a) aluno(a) deverá dirigir o pedido, devidamente fundamentado, a este órgão durante o ano lectivo seguinte à conclusão da unidade curricular;
3. Exceptua-se do ponto anterior a unidade curricular de Estágio, a qual, pela sua especificidade, não é possível melhoria de classificação;
4. Os alunos poderão requerer exame para efeitos de melhoria de classificação, observando os procedimentos administrativos previstos para o efeito;
5. O pedido de melhoria de classificação está sujeito ao pagamento da taxa em vigor;
6. O exame para melhoria de classificação a uma determinada unidade curricular poderá ser solicitado nas épocas de recurso e especiais previstas no Calendário de Exames do ano lectivo em curso para esse tipo de unidade curricular;
7. O exame para melhoria de classificação deverá ser feito de acordo com o programa em vigor no ano lectivo em que é requerido;
8. Nas unidades curriculares constituídas por duas ou mais componentes o aluno se desejar, poderá requerer melhoria de classificação a uma das componentes depois de concluída a unidade curricular;
9. Caso o aluno obtenha uma nota inferior à nota já obtida na unidade curricular, considera-se como nota final, sempre, a classificação mais elevada;
10. Para os alunos que terminaram o seu curso, é dada a possibilidade de realizarem melhoria de notas em qualquer das Épocas de Exame previstas no Calendário Escolar do ano lectivo seguinte à conclusão do curso, após deferimento favorável do(a) Director(a).

ARTIGO 8.º – RECURSOS

1. Apenas as avaliações de exames são passíveis de recurso;

2. Após afixação dos resultados das avaliações, o aluno, se o desejar, dispõe de 5 dias úteis para apresentar ao(à) Director(a) da Instituição o pedido de recurso por escrito, devidamente fundamentado, pedindo uma revisão de prova mediante o pagamento da taxa em vigor;
3. O exercício do recurso previsto no número anterior só deverá ter lugar após reunião de esclarecimento com o docente da unidade curricular;
4. A revisão de prova será feita por um júri nomeado pelo(a) Director(a) e constituído para o efeito por, no mínimo, três docentes, sendo que, pelo menos dois deverão ter formação na mesma área científica da unidade curricular a que foi pedido o recurso;

§ Em caso algum fará parte do júri o(s) próprio(s) docente(s) da unidade curricular.

5. Em nenhuma circunstância os efeitos do recurso podem constituir uma penalização para o aluno, prevalecendo sempre a nota mais elevada;
6. Das deliberações tomadas pelo júri não há lugar a recurso.

ARTIGO 9.º – COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. A classificação final do curso é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, nos termos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho;
2. Os coeficientes de ponderação a considerar no cálculo da classificação final do curso, correspondem aos créditos atribuídos a cada uma das unidades curriculares do curso e constantes no respectivo plano de estudos (em anexo), que se traduz pela seguinte formulação matemática:

$$CF = \frac{\sum_{i=1}^{nd} cl_i \times uc_i}{\sum_{i=1}^{nd} uc_i}$$

onde:

- CF: é a classificação final do curso;
- cl_i : é a classificação final da i ésima unidade curricular;
- nd: o número total de unidades curriculares da licenciatura;
- uc_i : corresponde ao número de créditos da i ésima unidade curricular constante no respectivo Plano de Estudos.

ARTIGO 10.º – ESCALA EUROPEIA DE COMPARABILIDADE DE CLASSIFICAÇÕES FINAIS

1. Nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, que aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior, a Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações para os resultados de aprovado é constituída por cinco classes, identificadas pelas letras A a E.
2. Entre o intervalo [10, 20] da escala numérica inteira de 0 a 20 e a escala europeia de comparabilidade de classificações, adopta-se a seguinte correspondência:
 - A – para as classificações finais pertencendo a classe [p, 20], sendo p a classificação final mínima que permite abranger, neste intervalo, 10% dos alunos com as melhores classificações finais;
 - B – para as classificações finais pertencendo a classe [q, p [, sendo q a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [q, 20], 35% dos alunos com as melhores classificações finais;
 - C – para as classificações finais pertencendo a classe [r, q [, sendo r a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [r, 20], 65% dos alunos com as melhores classificações finais;
 - D – para as classificações finais pertencendo a classe [s, r [, sendo s a classificação final mínima que permite abranger, no intervalo [s, 20], 90% dos alunos com as melhores classificações finais;
 - E – para as classificações finais pertencendo a classe [10, s [, as restantes classificações finais.

3. São princípios da aplicação da correspondência às classificações finais do curso:

- a) Considerar, para efeitos de determinação das cinco classes (de A a E) da escala europeia de comparabilidade de classificações, a distribuição das classificações finais dos alunos diplomados no conjunto de, pelo menos, os três anos mais recentes, e num total de, pelo menos, 100 diplomados.
- b) Enquanto não se atingir uma dimensão de 100 diplomados, não sendo assim possível aplicar a escala europeia de comparabilidade de classificações (de A a E), esta escala é substituída pela menção do número de ordem de classificação do diploma no ano lectivo em causa e do número de diplomados aprovados nesse ano.

ARTIGO 11.º – NORMAS FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. O professor é competente para garantir o rigor das avaliações na sala de aula consubstanciado na organização da sala, controlo da identidade dos alunos, anulação de provas em caso de fraude, afastamento de elementos perturbadores e outras situações eventuais no domínio disciplinar.

2. Faltas

- a) A falta a um exame final a determinada unidade curricular implica a não aprovação do aluno nessa unidade curricular;
- b) É considerada falta a uma prova de frequência ou exame final, a não comparência do aluno, no local onde a prova se realiza, no dia e hora marcada;
- c) Em situações de internamento hospitalar não prolongado, nojo, ou outra situação excepcional a decidir pelo(a) Director(a), é possível ao aluno requerer a marcação de uma nova data de avaliação, devendo o requerimento ser feito no prazo máximo de 5 dias úteis após o término do impedimento e não ultrapassando nunca 15 dias úteis sobre a data marcada para a realização da referida avaliação.

3. Fraudes

- a) A fraude cometida na realização de uma prova implica a anulação da mesma;
- b) Se no decurso da realização da prova ou posteriormente, se verificarem factos que, com segurança, levantem a suspeita de um aluno ter utilizado elementos não permitidos para o efeito ou ter copiado a prova apresentada, a mesma ser-lhe-á anulada, o mesmo sucedendo à do cúmplice, se o houver.

ARTIGO 12.º – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO

1. Todos os assuntos que se enquadrem no âmbito da competência dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico da Instituição poderão sofrer modificações ao longo do ano lectivo.
2. Estas eventuais alterações serão atempadamente comunicadas aos alunos e docentes.

ARTIGO 13.º – DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão objecto de decisão do(a) Director(a) da ESS que, para tal, poderá solicitar o parecer do Conselho Técnico-Científico, e/ou do Conselho Pedagógico e/ou do Conselho Consultivo.

Viseu, Outubro de 2010



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto nº33/2002 de 3 de Outubro)

**REGULAMENTO DOS REGIMES DE MUDANÇA DE CURSO, TRANSFERÊNCIA
E REINGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

Nos termos da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril que publicita o “Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior”, a Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu, através do seu órgão legal e estatutariamente competente, aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso, nos termos e de acordo com o artigo 10º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril. O presente Regulamento passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1º - OBJECTO

O presente Regulamento disciplina os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso na instituição, com base no disposto na Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

ARTIGO 2º - ÂMBITO

O disposto no presente Regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado e aos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, adiante designados por cursos, em funcionamento nesta instituição.

ARTIGO 3º - CONCEITOS

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, entende-se por:

- a) **«Mudança de curso»** o acto pelo qual um estudante se inscreve em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;
- b) **«Transferência»** o acto pelo qual um estudante se inscreve e matricula no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;
- c) **«Reingresso»** o acto pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos num determinado curso e estabelecimento de ensino superior, se matricula no mesmo estabelecimento e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;
- d) **«Mesmo curso»** os cursos com idêntica designação e conduzindo à atribuição do mesmo grau ou os cursos com designações diferentes mas situados na mesma área científica, tendo objectivos semelhantes, ministrando uma formação científica similar e conduzindo:
 - i) À atribuição do mesmo grau;
 - ii) À atribuição de grau diferente, quando tal resulte de um processo de modificação ou adequação entre um ciclo de estudos conducente ao grau de bacharel e um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou entre um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e um ciclo de estudos integrado de mestrado;
- e) **«Créditos»** os créditos segundo o ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);
- f) **«Escala de classificação portuguesa»** aquela a que se refere o artigo 15º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

ARTIGO 4º - REQUERIMENTO

1 - A mudança de curso, transferência e reingresso são requeridos à Direcção deste Estabelecimento de Ensino onde o estudante se pretende matricular e/ou inscrever.

2 - Podem requerer a **mudança de curso ou a transferência**:

a) Os estudantes que tenham estado inscritos e matriculados num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenham concluído;

b) Os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenham concluído ou não.

3 - Podem requerer o **reingresso** os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos no mesmo estabelecimento de ensino superior nacional no mesmo curso ou em curso que o tenha antecedido.

ARTIGO 5º - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CANDIDATURA

1 - Para **a mudança de curso** o processo de candidatura deve ser instruído com:

- a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
- d) Procuração, quando for caso disso;
- e) Boletim de vacinas;
- f) 2 Fotografias;
- g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
- h) Taxa de candidatura;
- i) Certificado comprovativo da realização dos exames nacionais (Ficha ENES) definido para o curso (caso fosse exigência do curso no ano de ingresso e ao regime de acesso do candidato) e certificado comprovativo de acesso ao ensino superior;
- j) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado, referindo o curso em que esteve inscrito e ano lectivo da última inscrição;
- k) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
- l) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

2 – Para a **transferência** o processo de candidatura deve ser instruído com:

- a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
- d) Procuração, quando for caso disso;
- e) Boletim de vacinas;
- f) 2 Fotografias;
- g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
- h) Taxa de candidatura;
- i) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado;
- j) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
- k) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

3 - Para o **reingresso** o processo de candidatura deve ser instruído com:

- a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
- d) Procuração, quando for caso disso;
- e) Boletim de vacinas;
- f) 2 Fotografias;
- g) Taxa de candidatura.

ARTIGO 6º - LIMITAÇÕES QUANTITATIVAS

1 - O **reingresso**, nos termos da lei, não está sujeito a limitações quantitativas.

2 - A **mudança de curso** e a **transferência** estão sujeitas a limitações quantitativas.

3 - O número de vagas para os regimes de mudança de curso e de transferência é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente desta instituição.

4 - O número de vagas destinado à inscrição no 1.º ano dos ciclos de estudos de licenciatura e dos ciclos de estudos integrados de mestrado no 1.º semestre lectivo está sujeito às limitações quantitativas fixadas nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 64/2006, de 21 de Março, e 88/2006, de 23 de Maio.

5 - As vagas aprovadas:

- a) São divulgadas através de edital a afixar nesta instituição e a publicar no seu sítio da Internet;
- b) São comunicadas à Direcção-Geral do Ensino Superior e ao Observatório da Ciência e do Ensino Superior.

6 - As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes no regime de mudança de curso (ou de transferência) podem ser utilizadas no outro regime, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.

7 - As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes do regime geral de acesso que não sejam utilizadas nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, podem ser utilizadas para os regimes de mudança de curso e transferência, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.

ARTIGO 7º - CRITÉRIOS DE SERIAÇÃO

1 - A seriação dos candidatos é realizada pela ordem decrescente das classificações obtidas considerando:

1.1. Situação de **mudança de curso**:

1.1.1. Candidatos, oriundos de um curso da mesma área científica do curso a que se pretendem candidatar:

- a) Número de disciplinas concluídas;
- b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
- c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
- d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
- e) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
- f) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
- g) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.1.2. Candidatos oriundos de um curso de outra área científica:

- a) Número de disciplinas concluídas;
- b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
- c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
- d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
- e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
- f) Entrevista;
- g) Análise do *Curriculum Vitae*;
- h) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.2. Situação de **transferência**:

- a) Número de disciplinas concluídas;
- b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
- c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
- d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
- e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;

f) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.3. Situação de **reingresso**:

- a) Número de disciplinas concluídas;
- b) Créditos obtidos nas disciplinas concluídas;
- c) Média das classificações das disciplinas concluídas.

2 - As pontuações correspondentes a cada um destes critérios, para cada curso, serão divulgadas em edital próprio a afixar nos serviços académicos.

ARTIGO 8º - PRAZOS DE CANDIDATURA

1 – O prazo de Candidatura para os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso é fixado anualmente pela Direcção desta Instituição, constando de edital a afixar em local próprio e através da página da *Web* do Instituto Piaget.

2 - Decorridos os prazos previstos no Edital referido no número anterior, o órgão legal e estatutariamente competente desta instituição pode aceitar requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso em qualquer momento do ano lectivo sempre que entenda existirem ou poder criar condições de integração dos requerentes nos cursos em causa.

3 – Nas situações a que se refere o número anterior, não implica qualquer processo de seriação, admitindo-se os candidatos por ordem de candidatura.

ARTIGO 9º - CURSOS COM PRÉ-REQUISITOS OU QUE EXIJAM APTIDÕES VOCACIONAIS ESPECÍFICAS

A **mudança de curso** ou a **transferência** para cursos para os quais sejam exigidos pré-requisitos ou aptidões vocacionais específicas, nos termos do regime jurídico do acesso ao ensino superior, estão condicionadas à satisfação dos mesmos.

ARTIGO 10º - CASOS DE INDEFERIMENTO LIMINAR

São liminarmente indeferidos os requerimentos que se encontrem numa das seguintes condições:

- a) Pedidos referentes a cursos em que o número de vagas fixado tenha sido zero;
- b) Pedidos realizados fora de prazo, devendo o candidato apresentar um novo requerimento nos termos do disposto no número 2, do artigo 8º;
- c) Pedidos não acompanhados da documentação necessária à completa instrução do processo.

ARTIGO 11º - EXCLUSÃO DO PROCESSO DE CANDIDATURA

Serão excluídos do processo de candidatura em qualquer momento do mesmo os requerentes que prestem falsas declarações.

ARTIGO 12º - DECISÃO

1 - As decisões sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso são da competência da Direcção da Instituição e válidas apenas para a matrícula no ano lectivo a que respeitam.

2 - As decisões serão divulgadas através de lista seriada 2 dias úteis após a conclusão de cada fase de candidatura referidas no número 1 do artigo anterior, sendo afixadas por edital nos Serviços Académicos.

3 - As decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso exprimem-se através das seguintes situações:

- a) Colocado (curso);
- b) Não colocado;
- c) Excluído da candidatura (por indeferimento liminar ou exclusão).

4 - Das listas com as decisões finais constam relativamente a cada candidato:

- a) Nome;
- b) Número e local de emissão do bilhete de identidade;
- c) Resultado final, com indicação das alíneas do número anterior.

ARTIGO 13º - RECLAMAÇÃO DA DECISÃO FINAL

- 1 - Do resultado final podem os candidatos apresentar reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 3 dias úteis após a fixação da lista de colocações, mediante exposição dirigida ao Presidente da Direcção da Instituição.
- 2 - A reclamação poderá ser entregue em mão nos Serviços Administrativos da Instituição ou por via postal registada com aviso de recepção.
- 3 - A decisão sobre a reclamação é proferida no prazo de 2 dias úteis e comunicada ao interessado por escrito com a respectiva fundamentação.
- 4 - É legalmente proibida a matrícula simultânea em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior públicos ou privados.
- 5 - No caso de o estudante ter realizado a matrícula simultaneamente em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior, considera-se válida a primeira matrícula efectuada.
- 6 - Os estudantes que tenham realizado matrícula na presente Instituição e pretendam matricular-se noutra estabelecimento de ensino superior, devem proceder, por escrito, à anulação da matrícula nesta Instituição.
- 7 - No caso de anulação de matrícula, não serão devolvidas quaisquer importâncias pagas pelo candidato, seja a que título for.

ARTIGO 14º - ERRO DOS SERVIÇOS

- 1 - O candidato não colocado por erro exclusivamente imputável aos serviços, terá direito à colocação, mesmo que para tal se torne necessário criar uma vaga adicional.
- 2 - A rectificação poderá ser desencadeada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da instituição.
- 3 - A rectificação abrange o candidato a respeito do qual o erro se verificou e não afecta os restantes candidatos, colocados ou não.

ARTIGO 15º - MATRÍCULA E INSCRIÇÃO

O candidato colocado num determinado curso deverá proceder à respectiva matrícula nos 5 dias úteis subsequentes à publicação dos resultados das decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso, sob pena de caducidade da candidatura.

ARTIGO 16º - CREDITAÇÃO

- 1 - Os alunos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na Instituição onde se matriculam e no ano lectivo em que o fazem.
- 2 - A integração é assegurada através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS), com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas.
- 3 - Nos termos do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março:
 - a) A presente Instituição:
 - i) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha quer a obtida anteriormente;
 - ii) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica nos termos fixados pelo respectivo diploma;
 - iii) Reconhece, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação pós-secundária;
 - b) A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área científica onde foram obtidos;
 - c) Os procedimentos a adoptar para a creditação são fixados pela Direcção, ouvido sempre o órgão pedagógico competente.
- 4 - No caso do **reingresso** e de acordo com o disposto no número 4, do artigo 8º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;
- b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

5 - No caso da **transferência** e de acordo com o disposto no número 5, do artigo 8º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;
- b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;
- c) Em casos devidamente fundamentados, em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e 90 % do valor creditado.

6 - O Conselho Técnico-Científico procede à expressão em créditos das formações de que o estudante é titular, recorrendo, se necessário, à colaboração do estabelecimento de ensino superior de origem.

7 - O procedimento de creditação deve ser realizado em prazo compatível com a inscrição do estudante e a frequência do curso no ano ou semestre lectivo para que aquela é requerida.

ARTIGO 17º - CLASSIFICAÇÃO

1 - As unidades curriculares creditadas nos termos do artigo anterior conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

2 - Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior onde foram realizadas.

3 - Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

- a) É a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;
- b) É a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

4 - No âmbito do cálculo da classificação final do grau académico, que é realizada nos termos do disposto nos artigos 12.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a adopção de ponderações específicas para as classificações das unidades curriculares creditadas deve ser fundamentada.

5 - No caso a que se refere o n.º 3 e com fundamento em manifestas diferenças de distribuição estatística entre as classificações atribuídas pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro e o estabelecimento de ensino superior português, o estudante pode requerer fundamentadamente ao Presidente do Conselho Técnico-Científico a atribuição de uma classificação superior à resultante das regras indicadas.

ARTIGO 18º - ALUNOS NÃO COLOCADOS COM MATRÍCULA VÁLIDA NO ANO LECTIVO ANTERIOR

Os estudantes que tenham tido uma matrícula e inscrição válidas em estabelecimento de ensino superior no ano lectivo imediatamente anterior e cujo requerimento seja indeferido podem, no prazo de sete dias sobre a publicação da decisão, proceder à inscrição no curso onde haviam estado inscritos no ano lectivo anterior.

ARTIGO 19º - REGULAMENTO

1 - O presente Regulamento para os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso é aprovado pela Direcção da Instituição.

2 - O presente Regulamento é publicado no Diário da República, 2ª Série, e divulgado através do sítio na Internet desta Instituição.

Viseu, Junho de 2008.



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto nº33/2002 de 3 de Outubro)

**REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARA A FREQUÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR DOS MAIORES DE 23 ANOS**

CAPÍTULO I

OBJECTO E ÂMBITO

ARTIGO 1.º - OBJECTO

1 - O presente Regulamento disciplina a realização das provas especialmente destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei 64/2006 de 21 de Março.

ARTIGO 2º - OBJECTIVO E ÂMBITO

1 – A avaliação tem como objectivo facultar o acesso ao ensino superior aos indivíduos maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior.

2 – As avaliações realizam-se para o acesso aos cursos de licenciatura em funcionamento na Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu.

CAPÍTULO II

ADMISSÃO, INSCRIÇÃO E PRAZOS

ARTIGO 3º - ADMISSÃO

1 - Apenas podem inscrever-se para a realização das avaliações os indivíduos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Completar 23 anos até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas;
- b) Não serem titulares de habilitação de acesso ao ensino superior;

ARTIGO 4º - INSCRIÇÃO

1 - A inscrição para as avaliações é apresentada nos serviços da Secretaria-Geral:

2 – A inscrição pode referir-se a mais que um curso em funcionamento na Escola.

3 - O processo de inscrição é instruído com os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição devidamente preenchido;
- b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz o disposto na alínea b) do artigo 3º;
- c) *Curriculum Vitae* com todos os documentos (diplomas, certificados de habilitações, relatórios e obras de que seja autor) que o candidato considere úteis para demonstrar as suas habilitações e currículo;
- d) Fotocópia simples do bilhete de identidade.

4 - A avaliação da capacidade para a frequência está sujeita ao pagamento da quantia de 100 € a pagar após a divulgação do Calendário para a realização das avaliações.

5 - Uma cópia do boletim de inscrição é devolvida ao candidato como recibo de entrega.

ARTIGO 5º - PRAZOS PARA A INSCRIÇÃO E REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

1- O prazo de inscrição e o calendário geral de realização das provas são fixados pela Direcção da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu, constando de Edital a afixar em local próprio, divulgado em pelo menos um jornal de circulação nacional e em dois jornais de circulação regional e através da página *Web* da Escola/Instituto.

2- O calendário abrange todas as acções relacionadas com as provas, incluindo os intervalos dentro dos quais devem ser fixados os prazos cuja determinação seja da competência da Direcção da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu.

CAPÍTULO III

OBJECTO E ESTRUTURA DAS PROVAS

ARTIGO 6º - COMPONENTES OBRIGATÓRIAS DA AVALIAÇÃO

1 – A avaliação da capacidade para a frequência integral, obrigatoriamente:

- a) A apreciação do currículo escolar e profissional do candidato;
- b) Entrevista;
- c) Prova teórica e ou prática de avaliação de conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso, as quais podem ser organizadas em função dos perfis dos candidatos e dos cursos a que se candidatam.

2 - Às habilitações escolares do candidato não é concedida equivalência a qualquer prova de avaliação.

ARTIGO 7º - APRECIÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR E PROFISSIONAL

O currículo será apreciado e avaliado pelo júri, segundo uma grelha de avaliação a que será atribuída pontuação.

ARTIGO 8º - ENTREVISTA

1 - A entrevista destina-se a:

- a) Apreciar e discutir o *curriculum* e a experiência profissional do candidato;
- b) Fornecer ao candidato informação sobre o curso, seu plano, exigências e saídas profissionais;
- c) Apreciar e discutir as motivações apresentadas pelo candidato para a escolha do curso e estabelecimento de ensino feita pelo mesmo;
- d) Fornecer ao candidato orientação sobre a prova específica.

2 - Cada estabelecimento de ensino proporciona aos candidatos, por escrito, informações sobre o curso, seu plano, exigências e saídas profissionais.

3 – A entrevista tem a duração máxima de 30 minutos.

4 - A apreciação resultante da entrevista deve ser reduzida a escrito e integrada no processo individual.

5 - No decurso da entrevista, o júri pode aconselhar ao candidato a mudança de opção em matéria de curso e ou estabelecimento de ensino, não ficando os candidatos vinculados a esta sugestão.

6 – À entrevista será atribuída ponderação segundo uma grelha de avaliação.

ARTIGO 9º - PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS

1 - A prova de avaliação de conhecimentos e competências destina-se a avaliar se o candidato dispõe dos conhecimentos indispensáveis para o ingresso e progressão no curso escolhido.

2 - A prova de avaliação de conhecimentos e competências é organizada segundo o perfil do candidato e do curso a que se candidata e elaborada de forma a pôr em evidência a aptidão e conhecimentos adquiridos na prática profissional e que possam ser significativos para o ingresso e progressão no curso em causa.

3 - A prova de avaliação será conduzida num quadro de referência de um “projecto” de formação institucional de nível superior e em conformidade com o princípio nuclear e estratégico do desenvolvimento da criatividade humana e do sentido ético da vida, deforma a promover dinâmicas de aprendizagem direccionadas para a construção de um perfil competencial, na base da potenciação de capacidades como as da imaginação, da sensibilidade, da inteligência, da racionalidade, da memória, do espírito crítico, da interpretação e da expressão.

4 - A prova terá uma configuração essencialmente prática, a partir de situações problemáticas (ou de casos-problema).

5 - A prova de avaliação de conhecimento e competências tem a duração mínima de 30 minutos e máxima de 60.

CAPÍTULO IV

JÚRI

ARTIGO 10º - NOMEAÇÃO E COMPETÊNCIA DO JÚRI

1 - Para a realização das provas, a direcção nomeará um júri composto por docentes da instituição, presidido por um membro do órgão técnico-científico. O júri será o responsável por todo o processo de avaliação da capacidade para a frequência.

2 - O júri integrará, caso a caso, pelo menos um docente da área da especialização do curso a que o candidato concorre.

3 - Ao júri compete:

- a) A marcação das datas, horas e locais de realização das entrevistas, o que deve ser feito com uma antecedência mínima de sete dias em relação às mesmas, bem como a sua realização.
- b) Organizar as provas em geral e supervisionar a sua classificação;
- c) Elaborar a parte escrita da prova de conhecimentos e de competências e super visar a sua classificação;
- d) Tomar a decisão final em relação a cada candidato.

4 - A organização interna e o funcionamento do júri são da sua inteira competência.

ARTIGO 11º - DECISÃO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

1 - A decisão final sobre a aprovação ou reprovação dos candidatos é da competência do júri a que se refere o artigo 10.º, o qual atenderá obrigatoriamente:

- a) À apreciação do currículo escolar e profissional do candidato, a que corresponde um peso de 60 pontos da classificação final;
- b) À entrevista, a que corresponde um peso de 70 pontos da classificação final;
- c) Às classificações da prova de conhecimentos e competências, a que corresponde um peso de 70 pontos da classificação final.

2 - Aos candidatos aprovados é atribuída, pelo júri, uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20.

3 - A decisão final é tornada pública através da afixação, nesta instituição, de uma pauta e igualmente lançada no processo do candidato.

CAPÍTULO V

EFEITOS E VALIDADE

ARTIGO 12º - EFEITOS

1 - A aprovação nas provas confere habilitação de acesso para a candidatura à matrícula e inscrição:

- a) Ao estabelecimento de ensino superior e curso para o qual a prova foi realizada;
- b) A demais cursos em funcionamento no estabelecimento do ensino superior onde a prova foi realizada;

2 - São admitidos à candidatura à matrícula e inscrição num dos cursos em funcionamento na instituição estudantes aprovados em provas de ingresso de outros estabelecimentos de ensino superior.

ARTIGO 13º - VALIDADE

1 - As provas têm exclusivamente o efeito referido no artigo anterior, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações escolares.

2 - A aprovação na avaliação da capacidade para a frequência é válida para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano da aprovação.

Viseu, Fevereiro de 2007



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto nº33/2002 de 3 de Outubro)

REGULAMENTO DE CREDITAÇÃO

Preâmbulo

O presente Regulamento visa disciplinar o processo de creditação, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, fixando as normas gerais relativas aos pedidos de creditação para efeitos de prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, através da atribuição de créditos nos planos de estudos de cursos conferidos por esta instituição.

ARTIGO 1.º – OBJECTIVO E ÂMBITO

1-O presente regulamento estabelece as normas relativas aos processos de creditação na ESS, para efeitos do disposto do artigo 45.º do Decreto-Lei N.º 74/2006, de 24 de Março.

2-O disposto neste regulamento aplica-se a todas as formações conferidas por esta Instituição.

ARTIGO 2.º – DEFINIÇÕES

Entende-se por:

1-«Formação Certificada» a que pode ser confirmada através de certificado oficial, passado por Instituições de Ensino Superior nacionais ou estrangeiras, ou outras devidamente reconhecidas, desde que a formação seja de nível superior ou pós-secundário, incluindo as disciplinas, unidades curriculares e outros módulos, pertencentes a planos de estudos de cursos superiores, nacionais ou estrangeiros, e cursos de especialização tecnológica, de entre outros que sejam reconhecidos pelo Conselho Técnico-Científico desta Instituição.

2-«Creditação de Formação Certificada» o processo de atribuição de créditos do ECTS em áreas científicas e unidades curriculares de planos de estudos de cursos legalmente reconhecidos;

3-«Creditação de Experiência Profissional» processo de atribuição de créditos tendo em consideração a experiência profissional desenvolvida na área a que respeita o curso, número de anos e acções de formação profissional realizada.

ARTIGO 3.º – CREDITAÇÃO

1-Nos termos definidos pelo artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, e tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, esta Instituição:

- a) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;
- b) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica, nos termos fixados pelo respectivo diploma;
- c) Reconhece, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e outra formação não abrangida pelas alíneas anteriores.

2-A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área científica onde foram obtidos.

3-A creditação só pode ser concedida num número de créditos que coincida com um número de unidades curriculares que o aluno fica isento de realizar, salvo se estas estiverem organizadas, internamente, em módulos bem definidos e com créditos atribuídos, de forma estável e consolidada.

4-No presente regulamento são fixadas as normas gerais relativas aos pedidos de creditação para efeitos de prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, através da atribuição de créditos nos planos de estudos de cursos conferidos por esta Instituição.

ARTIGO 4.º – PRINCÍPIOS GERAIS DE CREDITAÇÃO

1-Os procedimentos de creditação, devem respeitar dois princípios gerais, segundo os quais:

- a) Um grau ou diploma de ensino superior exprime um conjunto de conhecimentos, competências e capacidades, tendo como função essencial dar a conhecer à sociedade que o seu detentor possui, no mínimo, todas elas.
- b) Os conhecimentos, competências e capacidades valem por si, independentemente da forma como são adquiridos.

2-Os procedimentos de creditação devem respeitar, igualmente, os seguintes princípios:

- a) Objectividade, no sentido da clareza com que se orientam para os objectivos em causa;
- b) Consistência, no sentido de conduzirem a resultados concretos, consistentes e reprodutíveis, independentemente do estudante e da Comissão de Creditação a que se refere o artigo 9.º;
- c) Coerência, no sentido de orientarem esses resultados para a expectativa de inserção na lógica curricular dos cursos;
- d) Inteligibilidade, no sentido de serem entendidos por todos os potenciais interessados, por empregadores, por outras instituições de ensino superior, pela sociedade em geral;
- e) Equidade, no sentido de serem aplicáveis a todo o universo dos eventuais interessados.

3-Os procedimentos de creditação devem, ainda, garantir os princípios de transparência e credibilidade, pelo que deverão:

- a) Ser reavaliados regularmente, quer internamente, quer externamente;
- b) Assegurar que a documentação relativa a cada processo individual permita a sua reavaliação;
- c) Pôr à disposição dos candidatos a informação que lhes permita compreender o processo de creditação.

4-Os procedimentos de creditação devem impedir a dupla creditação de experiência profissional e de formação certificada, a qual poderá ocorrer, com maior probabilidade, nas seguintes situações:

- a) Creditação de unidades curriculares que, por sua vez, já foram realizados por creditação, devendo nestes casos, ser utilizada apenas a experiência profissional e ou formação certificada originais;
- b) Os resultados de aprendizagem e competências, reconhecidas por esta Instituição, para o ingresso nos cursos, não podem ser objecto de creditação para progressão nos mesmos.

5-No caso de reingresso (Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril):

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;
- b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

6-No caso da transferência (Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril):

- a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;
- b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;
- c) Em casos devidamente fundamentados, em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e 90 % do valor creditado.

7-Para a formação obtida em instituições de ensino superior, antes da reorganização decorrente do Processo de Bolonha, ou sem créditos atribuídos segundo o ECTS:

- a) Deverão ser creditados 60, 30 ou 15 créditos por cada ano, semestre ou trimestre curricular, respectivamente, quando a formação a tempo inteiro prevista para estes períodos estiver completa.
- b) Para a formação obtida em períodos incompletos (anos, semestres ou trimestres curriculares) a creditação de uma dada disciplina ou módulo deverá corresponder ao peso relativo dessa disciplina ou

módulo, no conjunto das disciplinas ou módulos desse período, em termos de horas totais de trabalho do estudante.

8-Para a formação certificada de nível superior, obtida fora do âmbito dos cursos de ensino superior e pós-secundário:

- a) Deverá ser confirmado o nível superior ou pós-secundário, da formação obtida, através da análise da documentação apresentada pelo estudante e outra documentação pública;
- b) Deverá ser, igualmente, confirmada a adequação da formação obtida em termos de resultados da aprendizagem e competências, para efeitos de creditação numa unidade curricular, área científica ou conjunto destas, através da análise do conteúdo, relevância e actualidade da formação.
- c) Deverão ser creditados os créditos calculados com base nas horas de contacto e na estimação do trabalho total do estudante, tendo em conta a documentação oficial apresentada.
- d) A formação certificada que não seja acompanhada de uma avaliação explícita, credível e compatível com a escala numérica inteira de 0 a 20 valores, ou que não cumpra com o disposto nas alíneas a) e b), não será reconhecida para efeitos de creditação.

9-As classificações atribuídas na creditação da formação certificada obtida em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras seguem o disposto no Artigo 7.º.

ARTIGO 5.º – LOCAL E MOMENTOS DOS PEDIDOS DE CREDITAÇÃO

1-Os pedidos de creditação da formação devem ser efectuados no acto da matrícula em requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Técnico-Científico, sem prejuízo do n.º 4, do artigo 4º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

2-No requerimento deve o requerente mencionar, obrigatoriamente, as habilitações de que é requerida a creditação e o objectivo com que é requerida.

3-O requerimento é instruído com documento comprovativo da aprovação nas habilitações de que se requer creditação e respectiva classificação, bem como do(s) programa(s) da(s) unidade(s) curricular(es) com indicação das respectivas cargas horárias.

4-O Conselho Técnico-Científico deliberará sobre o pedido nos 30 dias subsequentes à recepção do requerimento devidamente instruído.

5-Da deliberação cabe recurso, a interpor no prazo de 8 dias a contar da data em que o requerente tenha sido notificado, para o Presidente da Direcção da Instituição.

6-O recurso será decidido em definitivo nos 30 dias imediatos ao termo do prazo fixado na alínea anterior.

7-O pedido de creditação está sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos no Regulamento Financeiro e em caso de indeferimento total ou parcial do pedido não há lugar a reembolso dos emolumentos pagos.

ARTIGO 6.º – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1-O pedido de creditação de formação certificada é requerido em impresso próprio, a fornecer pela Secretaria-Geral e deverá ser instruído com as necessárias certidões ou certificados que comprovem:

- a) As habilitações de que é requerida a creditação e respectiva classificação;
- b) Os Programas com os conteúdos programáticos e cargas horárias de módulos, disciplinas, ou unidades curriculares realizadas;
- c) Os respectivos planos de estudos.

2-O pedido de creditação de experiência profissional deverá vir acompanhado de um portefólio apresentado pelo estudante, onde deverá constar, de forma objectiva e sucinta, a informação relevante para efeitos de creditação, nomeadamente:

- a) Descrição da experiência acumulada (quando, onde e em que contexto, etc.);
- b) Lista dos resultados da aprendizagem (o que o estudante aprendeu com a experiência, isto é: que conhecimentos, competências e capacidades adquiriu);
- c) Documentação, trabalhos, projectos e outros elementos que demonstrem ou evidenciem a efectiva aquisição dos resultados da aprendizagem;

- d) Indicação, quando possível, da(s) unidade(s) curricular(es), área(s) científica(s), ou conjuntos destas, onde poderá ser creditada a experiência profissional.

ARTIGO 7.º – PRINCÍPIOS DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSIFICAÇÕES À FORMAÇÃO CERTIFICADA OBTIDA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

1-A formação certificada obtida em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, quando alvo de creditação, conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

2-Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior onde foram realizadas.

3-Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

- a) É a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;
- b) É a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

4-No âmbito do cálculo da classificação final do grau académico, que é realizada nos termos do disposto nos artigos 12.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a adopção de ponderações específicas para as classificações das unidades curriculares creditadas, deve ser fundamentada pelo Conselho Técnico-Científico da Instituição que ministra o respectivo curso.

ARTIGO 8.º – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CREDITAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1-A creditação da experiência profissional para efeitos de prosseguimento de estudos, para a obtenção de grau académico ou diploma, deverá resultar da demonstração de uma aprendizagem efectiva e correspondente aquisição de competências em resultado dessa experiência e não de uma mera creditação do tempo em que decorreu essa experiência profissional.

2-A experiência profissional deverá ser adequada, em termos de resultados da aprendizagem e ou competências efectivamente adquiridas e nível das mesmas, no âmbito de uma unidade curricular, de uma área científica ou de um conjunto destas.

3-A classificação deve resultar de uma avaliação efectiva, realizada através dos métodos mais adequados a cada curso e ao perfil de cada aluno, de modo a assegurar a autenticidade, a adequação, a actualidade e a equidade nas classificações, dos resultados da aprendizagem e ou das competências efectivamente adquiridas, creditadas nos planos curriculares.

4-Na avaliação da experiência profissional e em função da especificidade do curso em apreço, poderá recorrer-se a:

- a) Realização de uma entrevista, com recurso a guião, feita por um docente da área, devendo ficar registado sumariamente, por escrito o desempenho do aluno, podendo ser complementada, caso se revele necessário, com demonstração e observação no laboratório, ou noutros contextos no “terreno”;
- b) Entrega de um Portefólio apresentado pelo aluno, designadamente, documentação, objectos, trabalhos, etc., que evidenciem ou demonstrem a aquisição das competências passíveis de creditação.

5-Quaisquer que sejam os métodos de avaliação utilizados deverão ter em conta os seguintes princípios:

- a) Aceitabilidade, no sentido de confirmar uma correspondência adequada entre o que é documentado/reivindicado e o que é demonstrado, e se a documentação é válida e fidedigna;
- b) Suficiência, no sentido de confirmar a abrangência e profundidade suficientes, incluindo demonstração de reflexão, para creditação dos resultados da aprendizagem ou das competências reivindicadas;
- c) Autenticidade, no sentido de confirmar que os resultados da aprendizagem ou competências são o resultado do esforço e do trabalho do aluno;
- d) Actualidade, no sentido de garantir que os resultados da aprendizagem ou competências avaliadas se mantêm actuais e ministradas no âmbito do curso.

6-O número de créditos, a creditar no plano de estudos de um curso, não deve ser superior a 50% do número total de créditos necessários para a obtenção do grau ou diploma, salvo decisão oficial diferente, ou decisão devidamente fundamentada do Conselho Técnico-Científico desta Instituição, e aprovada pela respectiva Direcção.

ARTIGO 9.º – COMISSÃO DE CREDITAÇÃO

1-A Comissão de Creditação, com mandatos anuais renováveis, nomeada pelo Conselho Técnico-Científico, deverá ser de dimensão reduzida, para garantir a sua funcionalidade, e estável, para garantir a coerência e a consistência dos procedimentos de creditação, ao nível desta Instituição, dos ciclos de estudos e dos cursos pelos quais é responsável.

2-A Comissão de Creditação deverá ser constituída por dois membros do Conselho Técnico-Científico comuns a todas as Comissões, de modo a garantir a continuidade e consistência de procedimentos, com base na experiência acumulada, e mais um a três docentes da área a que respeita a formação/a unidade curricular/ o curso em análise.

3-As Comissões de Creditação devem, no desempenho das suas funções, ter em consideração a análise de documentação relativa a práticas consolidadas nesta Instituição e em outras Instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras relativas a esta matéria.

ARTIGO 10.º – COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE CREDITAÇÃO

1-É competência da Comissão de Creditação deliberar sobre qualquer creditação de experiência profissional e de formação certificada, nos cursos de especialização tecnológica, licenciatura ou mestrado da respectiva Instituição pelos quais é responsável, qualquer que tenha sido a forma de ingresso dos alunos.

2-Cabe à Comissão de Creditação da Instituição impedir a dupla creditação a que se refere o ponto 4 do artigo 6.º.

3-Os membros da Comissão de Creditação não podem participar na análise de processos relativamente aos quais se encontrem impedidos.

4-Os membros da Comissão de Creditação ficam mandatados para solicitar toda a colaboração necessária, no âmbito da sua competência, aos docentes e Coordenadores de Cursos.

5-As deliberações da Comissão de Creditação devem fazer-se acompanhar da respectiva fundamentação, com referência aos critérios seguidos e aos parâmetros considerados para a creditação.

ARTIGO 11.º – TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE CREDITAÇÃO

1-Os processos relativos aos pedidos de creditação de experiência profissional e de formação certificada devem ser instruídos nos termos do artigo 6.º deste regulamento, cabendo à Secretaria-Geral a verificação da conformidade dos mesmos e o seu envio para a Direcção.

2-Depois da decisão, o processo é devolvido à Secretaria-Geral que dará conhecimento, por escrito, ao aluno.

ARTIGO 12.º – SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS DURANTE A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS

1-Os alunos que pediram creditação de experiência profissional e de formação certificada dentro dos prazos determinados no artigo 5.º, ficam autorizados a frequentar, condicionalmente, todas as unidades curriculares, cessando a autorização no momento em que forem notificados dos resultados, e a alterar a sua inscrição, não podendo ser avaliados nas unidades curriculares, de que ficaram isentos de realizar em resultado do processo de creditação.

2-Nos termos do número anterior, para o aluno que se submeta à avaliação de unidades curriculares, às quais ficou isento de realizar, em resultado do processo de creditação, a classificação será anulada, independentemente da classificação obtida. No entanto, o aluno, caso pretenda, pode optar por abdicar da creditação concedida, para frequentar determinada unidade curricular ou submeter-se a exame, mediante solicitação escrita ao Conselho Técnico-Científico.

3-Na situação a que se refere o número 2 prevalece sempre a nota resultante da sua opção.

ARTIGO 13.º – RECURSO/REAPRECIAÇÃO

Em caso de recurso ou de pedido de reapreciação, serão seguidos os seguintes procedimentos:

- a) O Presidente da Direcção indeferirá os requerimentos, liminarmente, sempre que não seja apresentada fundamentação para o recurso, ou quando o recurso for apresentado para além de 15 dias seguidos após a notificação do aluno;

- b) Os restantes requerimentos são enviados à Comissão de Creditação responsável pelo processo do aluno para emissão de parecer fundamentado;
- c) A decisão sobre o recurso compete ao Conselho Técnico-Científico, ouvida a respectiva Comissão de Creditação;
- d) Do pedido de recurso ou reapreciação são devidos emolumentos, devolvidos caso seja alterado o resultado da creditação inicial.

ARTIGO 14.º – DISPOSIÇÕES FINAIS

1-O presente regulamento entra em vigor a partir da sua aprovação.

2-As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento serão resolvidas por Despacho da Direcção da Instituição.

3-O presente regulamento deverá ser revisto e melhorado em resultado da experiência acumulada, por iniciativa da Direcção.

Viseu, Março de 2007



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET / VISEU
(Decreto nº33/2002 de 3 de Outubro)

**REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO A
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO
(NOS TERMOS DO DESPACHO 13531/2009, DE 9 DE JUNHO DE 2009)**

A institucionalização das Bolsas de Mérito ocorreu em 1998, destinando-se aos alunos dos cursos de formação inicial e circunscrita apenas ao Ensino Superior Público.

Com a aprovação e publicação do Despacho n.º 13531/2009, no Diário da República, 2ª Série, n.º 111, de 9 de Junho, tal benefício estendeu-se ao Ensino Superior Privado, incluindo-se no seu âmbito pessoal, além da formação atrás referida, os alunos que frequentam os cursos de mestrado e dos cursos de especialização tecnológica.

ARTIGO 1º - OBJECTO

O presente Regulamento tem por objecto a atribuição de Bolsas de Mérito aos alunos matriculados e inscritos nesta Instituição e desde que tenham mostrado um aproveitamento excepcional.

ARTIGO 2º - ÂMBITO PESSOAL

Os alunos abrangidos por este Regulamento têm de estar matriculados e inscritos:

- a) Num ciclo de estudos de licenciatura;
- b) Num ciclo de estudos de mestrado integrado ou não integrado;
- c) Num curso de especialização tecnológica.

ARTIGO 3º - BOLSA DE MÉRITO

A Bolsa de Estudo de Mérito é uma prestação pecuniária suportada pelo orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e tem um valor anual igual a cinco vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor no início do ano lectivo de 2008/2009.

ARTIGO 4º - NÚMERO DE BOLSAS A ATRIBUIR

O número máximo de Bolsas de Estudo por Mérito a atribuir em cada instituição de ensino superior por ano lectivo, é igual ao resultado da divisão por 500, arredondado por excesso, do número de estudantes inscritos, no ano lectivo imediatamente anterior no conjunto dos cursos a que se refere o artigo 2º.

ARTIGO 5º - COMUNICAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS A ATRIBUIR

1. Cabe à Direcção-Geral do Ensino Superior comunicar à Instituição o número máximo de Bolsas de Estudo por Mérito que podem ser atribuídas nesta instituição, com base na informação estatística oficial fornecida pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
2. A informação a que se refere o número anterior é igualmente divulgada no sítio da Internet da Direcção-Geral do Ensino Superior.

ARTIGO 6º - REGRAS DE SELECÇÃO

Para obtenção de Bolsa de Mérito o estudante tem de garantir, cumulativamente, os requisitos seguintes:

- a) No ano lectivo a que a bolsa diz respeito, ter obtido aproveitamento em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do ano curricular em que se encontrava inscrito;

- b) A média das classificações das unidades curriculares, antes referidas, não ser inferior a muito bom (16 valores).

ARTIGO 7º - DESEMPATE

Em caso de empate, a bolsa será atribuída ao aluno que tiver a classificação mais elevada, arredondada até à segunda casa decimal ou, no caso de empate ainda persistir, ao aluno mais novo.

ARTIGO 8º - APURAMENTO DAS BOLSAS

Cabe aos serviços académicos desta Instituição proceder, com respeito pelos artigos 6º e 7º deste Regulamento, ao apuramento dos alunos a quem será atribuída bolsa, cabendo a homologação da lista assim constituída à Direcção da Instituição.

ARTIGO 9º - DIVULGAÇÃO

Esta Instituição remete à Direcção-Geral do Ensino Superior os nomes dos alunos a quem foi atribuída bolsa e divulga essa listagem no seu sítio na Internet.

ARTIGO 10º - PAGAMENTO DE BOLSA

Com base na transferência de verba necessária ao pagamento das bolsas, realizada pela Direcção-Geral do Ensino Superior, cabe a esta Instituição proceder ao pagamento da mesma, numa só prestação, ao aluno.

ARTIGO 11º - DIPLOMA

Aos alunos contemplados com a bolsa será conferido um diploma comprovativo a ser emitido pela Instituição.

ARTIGO 12º - ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento entra imediatamente em vigor.

Visu, Dezembro de 2009